

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO – CÂMPUS SERTÃOZINHO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Priscila Martins da Silva

**Integração curricular em um Curso de Aprendizagem Industrial:
desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a
Organização dos Poderes no Brasil**

Sertãozinho/SP – 2020

Priscila Martins da Silva

**Integração curricular em um Curso de Aprendizagem Industrial:
desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a
Organização dos Poderes no Brasil**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo
como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em
Educação Profissional e Tecnológica.*

Orientador: Prof^a. Dr^a. Amanda Ribeiro Vieira

Sertãozinho/SP – 2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Silva, Priscila Martins da

Integração curricular em um curso de aprendizagem industrial: desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a organização dos poderes no Brasil/ Priscila Martins da Silva -- Sertãozinho - SP, 2020.
114 p.; il.: color.

Orientador: Profa. Dra. Amanda Ribeiro Vieira

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Sertãozinho, 2020.

1. Produto educacional. 2. Sequência didática. 3. Ensino. 4. Organização dos poderes no Brasil. 5. Formação integral – EPT. I. Vieira, Amanda Ribeiro. II. Título.

Catalogação na publicação: Gisele Machado da Silva – CRB 8/8554

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Priscila Martins da Silva

Integração curricular em um Curso de Aprendizagem Industrial: desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a Organização dos Poderes no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 28/08/2020.

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Ribeiro Vieira

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

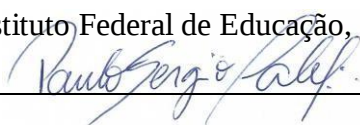
Assinatura: _____



Prof. Dr. Paulo Sérgio Calefi

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

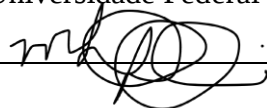
Assinatura: _____



Profa. Dra. Marcia Mitie Durante Maemura

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Assinatura: _____



FOLHA DE APROVAÇÃO E DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Priscila Martins da Silva

Sequência didática: Organização dos Poderes do Estado Brasileiro em um Curso de Aprendizagem Industrial na área Administrativa

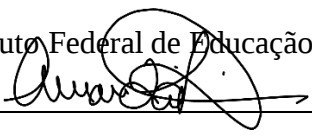
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 28/08/2020

Banca Examinadora

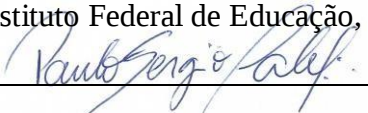
Orientadora: Profa. Dra. Amanda Ribeiro Vieira

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Assinatura:  _____

Prof. Dr. Paulo Sérgio Calefi

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Assinatura:  _____

Profa. Dra. Marcia Mitie Durante Maemura

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Assinatura:  _____

Folha de aprovação da dissertação

Dedico este trabalho à minha mãe, meu grande amor e maior incentivadora, e ao meu pai pelo exemplo de calma, firmeza e esforço pelo qual tento sempre me pautar. Obrigada por sempre serem alicerce e fortaleza.

Vocês são minhas preciosidades!

AGRADECIMENTOS

A professora Amanda Ribeiro Vieira, orientadora desta dissertação, em quem encontrei o amparo indispensável nesta trajetória.

Aos membros de minha banca de qualificação, professor Paulo Sérgio Calefi e professora Mitie Durante Maemura, que contribuíram sobremaneira para o aprimoramento deste trabalho.

À todos os servidores do IFSP, campus de Sertãozinho, que direta ou indiretamente permitiram a conclusão desse grau acadêmico.

Ao SENAI, na figura do diretor da unidade de Franca, professor Wagner Lopes Muiños e da coordenadora pedagógica, Elaine Aparecida Negrini, pela possibilidade de realização desta pesquisa.

Aos meus alunos, jovens aprendizes, por partilharem comigo suas vidas e me ensinarem tanto dentro e fora de sala de aula.

Aos meus irmãos, Micael e Júlio, que habitam, diariamente, os meus pensamentos e moram no meu coração, agradeço pela parceria e apoio incondicional que sempre obtive.

Aquele que escolhi para ser testemunha da minha história, Fábio Luís, que constantemente influi para que eu me torne uma pessoa melhor; nunca solte da minha mão, meu amor.

EPÍGRAFE

Quero ajudar a construir o mundo futuro
e colocar a minha pedra
no lugar exato e na hora certa.
Quero conter a pressa de ajudar
deter os passos vãos e as mãos sôfregas
ser vigilante, compreensiva, tenaz.
Deixar no grandioso edifício a minha pedra
com a mão segura para que ela não vacile
e role nos espaços
feita escombros antes de ser coluna.
Quero deixar segura a minha pedra.
Altos frisos a revestirão
esculpidos por sábias mãos alheias
mas — pequena e anônima, direita e firme —
ela estará lá dentro ajudando.
Quero ajudar a construir o mundo futuro
— o mundo sem opressão e sem miséria —
luminoso, rasgado, justo.
Quero permanecer alerta
e colocar a minha pedra
no lugar exato e na hora certa.

Maura de Senna Pereira

RESUMO

Esta pesquisa amparada nas bases conceituais da EPT versou sobre a criação e aplicação de um produto educacional no formato de uma sequência didática, com o objetivo de ser aplicado com duas turmas do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo do SENAI/SP. A legislação brasileira dispõe que um dos objetivos da educação é o preparo para o exercício da cidadania. Nesse contexto, um projeto que aprofunde o ensino sobre a Organização dos Poderes no Brasil, apontando as atribuições dos membros eleitos do Poder Executivo e Legislativo das esferas federal, estadual e municipal visa possibilitar aos alunos que se apropriem de um conteúdo para a prática efetiva da cidadania. A integração curricular idealizada neste projeto, através das unidades curriculares, Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos contribuiu para que houvesse um diálogo entre as disciplinas de formação geral e de formação técnica, subsidiando uma sequência didática que tem por finalidade a formação integral do educando. A busca por uma formação integral consiste na construção de um currículo que articule e integre os saberes e apesar de ser um movimento difícil, ele é necessário. O produto educacional construído no Mestrado Profissional ProfEPT foi avaliado com os alunos participantes deste projeto por meio da aplicação de questionários diagnósticos e uma redação sobre a temática abordada em sala de aula. A análise e discussão dos dados obtidos durante o processo avaliativo permite dizer que a aplicação do produto educacional foi bem-sucedida, pois a sequência didática proporcionou conscientização política e contribuiu para a autonomia e emancipação dos jovens aprendizes. A pesquisa realizada não pretendeu exaurir todas as perspectivas frente ao tema, porém acredita-se no seu potencial como um possível modelo de ação para outros pesquisadores, pois ao compreender os ditames e o funcionamento da sociedade os estudantes adquirem uma visão crítica da realidade e podem intervir na transformação da sua própria história.

Palavras-chave: Produto educacional, Sequência didática, Ensino, Organização dos Poderes no Brasil, Formação Integral, EPT.

ABSTRACT

This research based on the conceptual bases of EPT dealt with the creation and application of an educational product in the format of a didactic sequence, with the objective of being applied with two classes of the Industrial Learning course - Administrative Assistant at SENAI / SP. Brazilian law provides that one of the objectives of education is to prepare for the exercise of citizenship. In this context, a project that deepens the teaching on the Organization of Powers in Brazil, pointing out the attributions of the elected members of the Executive and Legislative Power at the federal, state and municipal levels aims to enable students to appropriate content for the effective practice of citizenship. The curricular integration idealized in this project, through the curricular units, Business Communication and Writing and Human Resources Administration, contributed to a dialogue between general and technical training subjects, subsidizing a didactic sequence that aims at the integral training of the teaching. The search for a comprehensive education consists of the construction of a curriculum that articulates and integrates knowledge and, despite being a difficult movement, it is necessary.

The educational product built in the ProfEPT professional master's degree was evaluated with the students participating in this project through the application of diagnostic questionnaires and an essay on the theme addressed in the classroom. The analysis and discussion of the data obtained during the evaluation process allows us to say that the application of the educational product was successful, since the didactic sequence provided political awareness and contributed to the autonomy and emancipation of the young apprentices.

The research carried out did not intend to exhaust all perspectives on the subject, but it is believed in its potential as a possible model of action for other researchers, because by understanding the dictates and the functioning of society, students acquire a critical view of reality and can intervene in the transformation of your own history.

Keywords: Educational product, Didactic sequence, Teaching, Organization of Powers in Brazil, Integral Training, EPT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da Sequência Didática.....	36
Figura 2 - Capa da cartilha sobre Noções de Política e Cidadania no Brasil.....	40
Figura 3 - Conteúdo sobre Descrição de Cargos	42
Figura 4 - Atividade de preenchimento dos Post-it desenvolvida pela turma da manhã	44
Figura 5 - Atividade de preenchimento do Post-it desenvolvida pela turma da tarde	45
Figura 6 - Estrutura para elaborar uma apresentação no programa Power Point	46
Figura 7 - Descrição de cargo de Presidente da República	47
Figura 8 - Descrição de cargo de Vereador	48
Figura 9 - Descrição de cargo de Prefeito	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização dos principais eventos legais da Educação Profissional	18
Quadro 2 - Etapas da Pesquisa	28
Quadro 3 - Questões específicas e hipóteses que nortearam o desenvolvimento da 1ª etapa da pesquisa..	29
Quadro 4 - Roteiro para elaboração de questionário.....	30
Quadro 5 - Questões específicas e hipóteses que nortearam o desenvolvimento da 2ª etapa da pesquisa..	31
Quadro 6 - Questões específicas e hipóteses que nortearão o desenvolvimento da 4ª etapa da pesquisa...	33
Quadro 7 - Hipóteses que nortearam o desenvolvimento da pesquisa documental.....	52
Quadro 8 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 3.....	54
Quadro 9 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 4.....	56
Quadro 10 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 5	57
Quadro 11 - Hipóteses que nortearam a avaliação diagnóstica	58
Quadro 12 - Trechos das redações dos alunos sobre a separação dos Poderes da União	60
Quadro 13 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 3	61
Quadro 14 - Trechos das redações dos alunos que tratam do Poder Executivo	62
Quadro 15 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 4	63
Quadro 16 - Trechos das redações dos alunos que tratam do Poder Legislativo	64
Quadro 17 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 5	66
Quadro 18 - Trechos das redações dos alunos sobre a escolha dos candidatos	67
Quadro 19 - Hipóteses que nortearam a avaliação do produto educacional	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?.....	53
Tabela 2 - Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?.....	53
Tabela 3 - Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?.....	54
Tabela 4 - Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/ Distritais, Federais e Senadores?	55
Tabela 5 - Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão.....	57
Tabela 6 - Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?.....	59
Tabela 7 - A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?	59
Tabela 8 - Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?.....	60
Tabela 9 - Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores?	63
Tabela 10 - Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão.....	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Histórico da Educação Profissional e Tecnológica	17
2.2 Integração Curricular	21
2.3 Organização dos Poderes Políticos no Brasil	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 Primeira Etapa: Análise do Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania	28
3.2 Segunda Etapa: Realização de avaliação diagnóstica com os aprendizes do curso Assistente Administrativo sobre a organização política do Estado brasileiro.....	29
3.3 Terceira Etapa: Elaboração e aplicação da sequência didática	31
3.4 Quarta etapa: Avaliação da sequência didática.....	33
4 PRODUTO EDUCACIONAL	35
4.1 Etapa 1: Leitura de dois textos que perpassam pela questão do Analfabetismo Político.....	36
4.2 Etapa 2: Explanação sobre a Organização política do Estado brasileiro, os Três Poderes e Cidadania.....	39
4.3 Etapa 3: Apresentação da ferramenta Descritivo de Cargos e Salários	42
4.4 Etapa 4: Pesquisa em sites institucionais.....	43
4.5 Etapa 5: Descritivo de cargos e salários elaborados pelos discentes.....	46
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
5.1 Resultado da análise do Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania	50
5.2 Resultado da avaliação diagnóstica com os aprendizes sobre a organização dos Poderes do Estado brasileiro.....	52
5.3 Avaliação do produto educacional.....	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69

REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A – TERMOS DE ASSENTIMENTO E DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ALUNOS MENORES DE 18 ANOS	77
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ALUNOS MAIORES DE 18 ANOS	79
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL	80
APÊNDICE D - PRODUTO EDUCACIONAL	81

1 INTRODUÇÃO

O Art. 205 da Constituição Federal (CF) aponta distintamente que a finalidade da educação brasileira é o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1994 reforça a importância da formação para a cidadania em seus artigos iniciais (BRASIL, 1994):

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É inegável, portanto, que para a legislação em tela, incluindo a lei maior brasileira, a cidadania tem papel de destaque, sendo a escola responsável por preparar seus alunos para o seu exercício.

Mas afinal, o que é cidadania? A literatura sobre o tema aponta uma grande diversidade de conceituações conforme pode ser visto a seguir.

Pinsky e Pinsky (2003, p. 9) afirmam que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Marshall (1967) divide a cidadania em três elementos: civil, político e social. Os direitos civis estariam relacionados com a liberdade individual, tal como o direito de ir e vir, acesso à justiça e liberdade de pensamento. Os direitos políticos, por sua vez, referem-se à participação no exercício do poder político, como o direito ao voto. Os direitos sociais, por fim, seriam aqueles responsáveis por garantir um mínimo de bem-estar social, como acesso aos serviços educacionais.

O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático. (BONAVIDES et al., 2009, p.7).

Diante da infinidade de conceituações sobre cidadania, para este estudo será considerado aquele referenciado pelo especialista em direito constitucional, o jurista José Afonso da Silva, segundo o qual “cidadão, no direito brasileiro, é o indivíduo que seja titular dos direitos políticos de votar e ser votado e suas consequências” (SILVA, 2006, p. 346).

Neste sentido, portanto, tem-se que o conceito de cidadania é tido como um pilar do direito e do Estado e que recebe ainda maior destaque nos períodos eleitorais, momento no qual os cidadãos obrigatoriamente, pelos ditames da lei, participam da vida política do país.

Em outubro de 2018, por meio do voto, considerado um direito universal, todos os cidadãos brasileiros alfabetizados, com idade entre 18 e 70 anos, obrigatoriamente, deveriam fazer a sua opção entre candidatos a presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Para os analfabetos, as pessoas com mais de 70 anos e os jovens entre 16 e 18 anos, o voto é facultativo.

Este período foi de grande acirramento na disputa eleitoral e refletiu consideravelmente com discussões que repercutiram em todo o país. Dentro das salas de aula não foi diferente e como docente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, onde ministrei todos os componentes curriculares do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo nos períodos matutino e vespertino, tive a oportunidade de debater sobre o assunto com os jovens aprendizes. Foi possível perceber que os alunos apesar de saberem enumerar uma grande quantidade de candidatos aos vários cargos políticos, não sabiam as funções que os mesmos exerceriam caso fossem eleitos.

Motivo de certa preocupação, em janeiro de 2019, após retorno às aulas, foi proposto aos estudantes a realização de uma redação, que buscava mensurar a compreensão de quarenta e nove alunos, sobre as atribuições que os membros eleitos do

poder Executivo e do poder Legislativo devem desempenhar.

A redação tinha como tema a organização dos poderes no Estado brasileiro e as atribuições dos políticos eleitos para cargos no Executivo e no Legislativo, federal, estadual e municipal e foi aplicada com duas turmas de aprendizes com faixa etária que varia de 15 a 23 anos.

Por meio desta experiência foi possível observar que os jovens têm um conhecimento superficial sobre a forma de organização do Estado brasileiro e que a maior parte daqueles estudantes sabe apenas vagamente as funções exercidas, nos Poderes Executivo e Legislativo, pelos políticos que são eleitos. Esta insipiência pode impactar negativamente durante uma eleição, momento no qual esses jovens eleitores têm de escolher no escuro em quem deverão votar.

"O conhecimento sobre os valores da cidadania e o despertar da consciência coletiva para o que são, o que fazem e como funcionam as instituições públicas perdeu importância na formação do povo brasileiro, com prejuízos irreparáveis para o pleno exercício da cidadania". (QUEIROZ, 2012, p.7).

Neste sentido também opina Brochado (2010) ao afirmar que sem uma política pedagógica que inclua conteúdos jurídicos nas práticas escolares restarão tolhidas a prática efetiva da cidadania e a exigência de um estado mais justo e ético.

Esta realidade, de desconhecimento, impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa, visto que tanto a magna carta quanto a LDB e as diferentes diretrizes dispostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dão ênfase a necessidade de educar para o pleno exercício da cidadania. Com base nos PCN verifica-se que a educação escolar é compreendida

como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (BRASIL, 1997, p. 33).

E ainda

a escola tem meios de desenvolver essa prática para trabalhar com o aluno não só a busca e acesso à informação relativa a seus direitos e deveres, como o seu exercício. Assim, consultas a documentos jurídicos nacionais e tratados e

declarações internacionais poderá ser feita em sala de aula, continuando trabalho desenvolvido nos ciclos anteriores. (BRASIL, 1998b, p. 164).

[...] de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos (BRASIL, 2000, p. 43).

Libâneo (2013) enumera cinco objetivos para que a escola sustente o seu papel na construção da democracia social e política. Amparado pelo quarto objetivo destacado pelo autor, reforça-se a justificativa deste trabalho: “formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para integrar o mercado de trabalho” (LIBÂNEO, 2013, p. 50).

Neste sentido, desponta como problema de pesquisa a verificação da possibilidade do tema Organização dos Poderes políticos do Estado brasileiro poder integrar os componentes curriculares Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos de forma a conduzir a uma formação cidadã e integral num curso de Aprendizagem Industrial.

Alicerçado na questão central surge como objetivo geral do trabalho examinar se uma sequência didática, obtida pela integração curricular dos componentes Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos, sobre a temática da organização dos Poderes do Estado brasileiro consegue contribuir para a formação integral dos alunos de duas turmas do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo do SENAI/SP.

Podem ser destacados como objetivos específicos desta pesquisa, com a finalidade de atingimento do objetivo geral proposto, os enunciados a seguir:

- Analisar o Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania.
- Realizar um diagnóstico com os aprendizes do curso Assistente Administrativo para avaliar o grau de conhecimento sobre a organização política do Estado brasileiro.
- Elaborar e aplicar uma sequência didática que integre os componentes curriculares, Comunicação e Redação Empresarial e Administração de

Recursos Humanos, sobre a temática da organização dos Poderes do Estado brasileiro.

- Avaliar a sequência didática elaborada.

De acordo com Freire (1979, p. 40), “a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação” (FREIRE, 1979, p. 40).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste ponto busca-se realizar uma breve investigação sobre o histórico da educação profissional e tecnológica (EPT), apontando o trabalho como princípio educativo e a integração curricular como forma de superar a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Por fim, pretende-se assinalar a organização dos Poderes no Brasil, com destaque para o Executivo e o Legislativo e os cargos políticos eletivos que o compõem, no intuito de ratificar a importância de uma formação de trabalhadores instruídos para atuar democraticamente como cidadãos.

2.1 Histórico da Educação Profissional e Tecnológica

A chegada da família real no Brasil trouxe uma época de grande expansão econômica que reverberou no campo educacional, tendo a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, como primeira instituição formal no ensino profissionalizante do nosso país (MOURA, 2010).

Anos depois, em 1816, com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho para uso em oficinas mecânicas, foi fundada a “Escola de Belas Artes”. Na década de 40 do século XIX foram construídas dez “Casas de Educandos e Artífices” em diferentes capitais brasileiras. Já com o decreto Imperial de 1854 houve a criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, no intuito de diminuir a criminalidade. Nesta mesma linha, posteriormente, foram criados os “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos” onde eram ensinadas as primeiras letras e encaminhados então às oficinas públicas. Os estabelecimentos mais importantes da segunda metade do século XIX foram os “Liceus de Artes e Ofícios” (MOURA, 2007).

Todavia, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil adquire maior evidência somente no início do século XIX, especificamente no governo de Nilo Peçanha, no Estado do Rio de Janeiro, quando por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, ele institui o ensino técnico e cria quatro escolas profissionais. Com o Decreto nº 7.566 já no ano de 1909 são criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissionalizante gratuito. (PEREIRA, 2003, p.24)

No Quadro 1 estão elencados em ordem cronológica, a contar do Decreto nº 7.566, os principais eventos legais em torno da EPT.

Quadro 1 - Organização dos principais eventos legais da Educação Profissional

1909	Surgiram as Escolas de Aprendizes e Artífices. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.
1931	Decreto nº 20.158, de 30/6/1931. Reforma o ensino comercial que, entre outras providências, organizou essa modalidade nos níveis médio e superior e regulamentou a profissão de contador.
1931	Criação do Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 10.850, de 11/4/1931. Conselho destinado a assessorar o Ministro na administração e direção da educação nacional.
1942 a 1946	Implantação dos ensinos industrial, comercial e agrícola.
1959	Rede Federal de Ensino Técnico e as Escolas Técnicas Federais (por meio do Decreto 47.038/59).
1961	Lei 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. O ensino profissional readquire sua natureza educativa. Equivalência entre cursos técnicos e secundários para fins de ingresso em curso superior
1997	Decreto 2.208/97. No sentido de integração da educação geral/educação profissional e tecnológica.
2004	Decreto 5.154/04. Normatiza e estabelece que a educação profissional deverá ser organizada por áreas profissionais, em correspondência a cada estrutura sócio ocupacional e à base tecnológica requerida e, ainda, mediante processos articulados, envolvendo trabalho, estruturas de emprego, e fundamentos e tendência científica e tecnológica. Institui doze eixos tecnológicos.
2005	Decreto 5.478 estabelece o Proeja – Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio. Dispõe sobre a formação inicial e continuada de trabalhadores bem como sobre a educação profissional técnica de nível médio.
2005	Surge o Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Neste mesmo tempo a Lei Federal 11.129/05 instituiu o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional da Juventude.
2008	Lei 11.741 de 2008: altera dispositivos da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 com a intenção de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
2008	Lei 11.892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional.

Fonte: Sievert (2015)

A educação profissional e tecnológica sempre se manifestou no Brasil de forma proscrita e baseada na ideia de que o domínio de conteúdos como ciências, letras e

humanidades eram destinados exclusivamente para a formação dos dirigentes, ou seja, era uma formação reservada a elite. Em contrapartida, o ensino profissional era entendido meramente como uma formação instrumental, unicamente para o exercício do trabalho e sem a possibilidade de seus alunos acessarem ao ensino superior.

Moura aponta que desde os tempos mais remotos a educação profissional no país, esteve vinculada ao assistencialismo, tendo como propósito o amparo daqueles mais necessitados (MOURA, 2007).

Nesta toada a EPT estabelece suas atividades no século XIX com o objetivo de profissionalizar jovens, filhos da classe proletária, desprovidos de recursos financeiros (MAGALHÃES, 2011). Para a autora, tal iniciativa brasileira de formar mão-de-obra:

ocorreu por decorrência do pensamento europeu proveniente do século XIX, segundo o qual, a sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Nesse sentido, às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade. (MAGALHÃES, 2011, p.93).

Essa dicotomia sublinhada por Magalhães é recorrente e se destaca na história da educação brasileira. Sobre o assunto, Ciavatta e Ramos (2012) afirmam que a visão dual da educação se manifesta desde o Brasil Colônia, pelas relações de desigualdade entre as classes sociais, na desagregação entre a educação geral, que preparava para os estudos superiores e a preparação para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas. Esse dualismo está enraizado na sociedade brasileira em séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual.

Como pode ser observado as políticas de formação profissional, em território nacional, subsistiam numa dualidade que se refletia em formação propedêutica *versus* formação para o trabalho, a primeira direcionada para as elites e a segunda para as classes mais desabastadas da sociedade brasileira.

Martins (2017) afirma que essa dualidade que expunha escolas tão díspares, uma sucateada, com conteúdo unicamente profissionalizante e outra, com conteúdo mais complexo, destinada à elite dominante, era causadora de grande incômodo para Gramsci.

Ele acreditava que esta separação, claramente, advinha de um interesse de manutenção das desigualdades sociais (MARTINS, 2017, p.5).

Gramsci (2004 apud CIAVATTA, 2005) assevera que o trabalho como princípio educativo deve ser o foco da superação entre a dicotomia da formação intelectual *versus* a formação manual.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. (RAMOS, 2008, p.4).

Frigotto ressalta que

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo” (FRIGOTTO et. al. 2005, p. 2).

A ideia do trabalho como princípio educativo é, portanto, o alicerce para a organização de uma classe trabalhadora que por meio de uma formação integral, com currículo centrado no trabalho, ciência e cultura conduzam a uma visão crítica, que concretiza o ideal de uma sociedade emancipadora. Assim temos que, a formação do trabalhador não deve ser examinada fora da narrativa das relações sociais, mormente das relações de trabalho.

O ensino deve ser visto como um ato de libertação e deve ser percebida a sua eficiência em relação às camadas mais oprimidas da sociedade. Esse ensino [...] deve estimular o progresso intelectual, para que os trabalhadores, ao invés de reproduzirem palavras panfletárias, consolidem uma visão crítica do mundo onde vive e luta, e, nesta perspectiva, o processo educativo, em uma escola unitária é decisivo na formação humana (GRAMSCI apud PIRES, 2011, p. 195).

Para garantir que isto aconteça a educação deve relacionar-se à transformação da realidade do trabalhador, tendo, portanto, um caráter eminentemente social (BERTRAND, 2001). Amparada por este ideário, a escola deve criar condições para a aquisição de conhecimentos e capacidades que auxiliem na construção de instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais.

Segundo Kuenzer (2000, p.40) busca-se a formação de sujeitos que possam aprender de maneira permanente; refletir com criticidade; agir de modo responsável

individual e coletivamente; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se solidariamente; acompanhar a dinâmica das mudanças na sociedade; enfrentar problemas novos construindo soluções originais, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos.

“Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”. (CIAVATTA 2005, p. 2).

2.2 Integração Curricular

Faz-se uso desta seção para apresentar referencial teórico circunscrito a proposta de integração curricular, como meio para atingimento do pleno desenvolvimento dos educandos e sua consequente formação integral.

A forma de organização do currículo escolar por disciplinas é objeto de muitas críticas, principalmente, no tocante à fragmentação do conhecimento. Afinal, se o conteúdo em sala de aula é ensinado de maneira fragmentada e os componentes curriculares não se integram com vistas a um real progresso dos alunos, não se torna possível uma formação integral desses estudantes.

Santomé (1998 apud Aires, 2011) assevera que o currículo organizado em disciplinas não considera as concepções prévias dos alunos; ignora as problemáticas dos meios sociocultural e ambiental; não promove satisfatoriamente a inter-relação entre professores e alunos; desfavorece o trabalho com problemas da vida cotidiana; prejudica a construção de nexos entre os conteúdos devido às sucessivas trocas de disciplinas e ao tempo rigorosamente demarcado.

Portanto, a integração de diferentes conhecimentos é determinante para um ensino contextualizado e uma aprendizagem mais instigante e motivadora, na medida em que os conteúdos abordem aspectos do cotidiano de professores e alunos e da vida em sociedade.

A busca por essa aprendizagem mais significativa deve ser uma constante, no sentido de que “todo conhecimento é socialmente comprometido e não há conhecimento que possa ser aprendido e recriado se não se parte das preocupações que as pessoas detêm”. (BRASIL, 2000, p. 22).

Neste sentido, reconhecemos a integração curricular a partir da concepção proposta por Beane apud Aires (2011), que desmembra o termo em quatro diferentes dimensões: integração das experiências, integração social, integração do conhecimento e integração como concepção curricular.

Integrar experiências consiste em recorrer às vivências do indivíduo, sejam pessoais ou sociais, para lidar com novos problemas ou situações. Considerar tais vivências significa valorizar esquemas já construídos a partir de experiências de aprendizagens que foram significativas para o indivíduo, integrando a elas novos esquemas de significação e fazendo-as evoluir.

A integração social, para além da educação geral baseada num conjunto de disciplinas, que constituem o que os alunos devem saber, diz respeito a uma formação que promova valores relativos ao bem comum de uma sociedade democrática.

Sobre a integração do conhecimento, a argumentação refere-se à crítica de que o currículo por disciplinas inclui apenas o conhecimento que reflete os interesses das elites, no qual o jovem é levado a acreditar que o conhecimento importante é aquele que é abstrato e que não lhe diz respeito. Em contrapartida, quando o currículo é organizado em torno de questões pessoais e sociais, são retirados daí os conhecimentos que são relevantes para as mesmas e, dessa forma, são contemplados outros pontos de vista, nos quais estão refletidos interesses de um espectro mais amplo da sociedade.

A integração como uma concepção curricular é o aspecto que visa a demarcar a diferença entre um tipo particular de integração curricular, originária da concepção progressista de educação, e outro tipo de integração curricular, que aplica este termo genericamente a qualquer abordagem que estiver para além da estrita abordagem por disciplinas. (BEANE apud AIRES, p. 224, 2011).

Para Beane (2002) é necessário que o currículo se aproxime da realidade diária e dos problemas enfrentados pela sociedade em geral, na busca por uma formação que priorize valores relativos ao bem comum.

Na mesma linha, Frigotto afirma que a integração deve ser vista como um princípio pedagógico direcionado a amplificar a capacidade das pessoas de compreender a sua realidade e a realidade que as circunda. (FRIGOTTO; LIMA ARAÚJO, 2015).

Ramos (2005) pondera que para que haja integração curricular é necessário que os processos de ensino-aprendizagem sejam organizados de maneira que os conceitos sejam apreendidos como um sistema de relações de uma totalidade concreta. A integração curricular entre os conhecimentos gerais e específicos, entre ciência, trabalho e cultura é elemento indispensável para que isso se efetive.

De acordo com Frigotto (2008, p.15) o consenso a ser construído é “um ensino que não separa e sim integra numa totalidade concreta, as dimensões humanísticas,

técnicas, culturais e políticas e que também não estabelece dicotomia entre os conhecimentos gerais e específicos”.

Como aduz Sacristán (2000, p. 299):

Devemos superar as fronteiras artificiais do conhecimento especializado e integrar conteúdos diversos em unidades coerentes que apoiem uma aprendizagem mais integrada, para que se possa oferecer aos alunos algo com sentido cultural e não mero retalhos de saberes justapostos, contribuindo assim com a formação técnica profissional necessária à atualidade.

O Parecer CNE/CEB nº: 11/2012 do Ministério da Educação explica que a concepção de formação integrada a ser adotada é aquela em que:

a formação geral do aluno deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá essa preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, tais como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, seja na formação inicial ou qualificação profissional, seja na Educação Profissional Técnica e ou na Tecnológica, bem como nos demais cursos superiores. Significa enfocar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e vice-versa, objetivando a formação de trabalhadores capazes de atuar democraticamente como cidadãos, na posição de dirigentes ou de subordinados.” (BRASIL, Parecer CNE/CEB 11/2012, p. 29).

Ciavatta (2005, p. 84) reforça:

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

2.3 Organização dos Poderes Políticos no Brasil

O debate sobre a limitação do poder político e a tripartição dele é coisa já muito antiga, objeto de obras clássicas de aclamados autores ao longo da história da humanidade.

Em sua filosofia política, Platão não formulou uma teoria sobre a divisão dos poderes. O tema não chegou a ser objeto de suas reflexões. Apontou, contudo, a necessidade de funções na *pólis* para se chegar a cidade justa. Ressaltou também os riscos da concentração do poder nas mãos de uma única pessoa, que transformaria o governo em uma tirania, na qual o exercício do poder fundamenta-se no medo e na violência. A divisão de poderes foi o antídoto preventivo contra o uso abusivo do poder político. (NASCIMENTO, 2017, p. 25).

Dallari (1998, p.8) afirma que: “O antecedente mais remoto da separação dos poderes encontra-se em Aristóteles, que considera injusto e perigoso atribuir-se a um só indivíduo o exercício do poder [...]”.

Já Aristóteles (2001, p.87) propõe que

Em todo governo, existem três poderes essenciais, cada um dos quais o legislador prudente deve acomodar da maneira mais conveniente. Quando estas três partes estão bem acomodadas, necessariamente o governo vai bem, e é das diferenças entre estas partes que provêm as suas. O primeiro destes três poderes é o que delibera sobre os negócios do Estado. O segundo compreende todas as magistraturas ou poderes constituídos, isto é, aqueles de que o Estado precisa para agir, suas atribuições e a maneira de satisfazê-las. O terceiro abrange os cargos de jurisdição.

Muito tempo depois, Montesquieu contribuiu substancialmente para o avanço do conceito de divisão dos Poderes do Estado. Entendendo que “todo homem que tem poder é levado a abusar dele” Montesquieu (2008, p. 167), dedicou-se a estruturar a separação de poderes, com o intuito de o poder limitar o poder.

Montesquieu (2008) apresenta o Poder Legislativo como o responsável pela elaboração e revogação de leis; ao Poder Executivo das coisas que dependem do direito das gentes (Poder Executivo) cabe a função de declarar guerra ou paz, enviar/receber embaixadas e ainda estabelecer a segurança; por último, destaca que ao poder executivo das coisas que dependem do direito civil, traduzido como o poder de julgar, cabe o julgamento das disputas entre os indivíduos e a punição por crimes cometidos.

Ao dividir as funções essenciais do Estado, em legislativa, executiva e de julgamento era possível alcançar um mecanismo de controle recíproco (sistema de freios e contrapesos), que visava garantir um equilíbrio político, minimizando o abuso de poder.

Estabelece o art. 2º da Constituição Federal brasileira que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (BRASIL, 1988).

As atribuições que competem ao Legislativo estão prescritas de forma minuciada na Carta Constitucional, mas em linhas gerais esse Poder é o responsável pela “elaboração de leis, de normas gerais e abstratas a serem seguidas por todos. Além de sua função legislativa do Estado, compete-lhe a importante atribuição de fiscalizar financeira e administrativamente os atos do Executivo”. (PINHO, 2018).

O Poder Legislativo, constituído por agentes políticos democraticamente eleitos pelo povo, se compõe da seguinte forma em nosso país: na esfera federal contamos com duas casas legislativas, o Senado Federal (senadores) e a Câmara dos Deputados (deputados federais) que juntas formam o chamado Congresso Nacional. Na esfera estadual temos as denominadas Assembleias Legislativas (deputados estaduais), contando o Distrito Federal (deputado distrital) com a Câmara Legislativa e os municípios com as respectivas Câmaras Municipais (vereadores).

“A função do Poder Executivo é administrar e implementar políticas públicas nas mais diversas áreas de atuação do Estado de acordo com as leis elaboradas pelo Poder Legislativo”. (PINHO, 2018, p.123).

O executivo federal é representado pelo Presidente da República e seu Vice, já nos estados-membros temos como representantes do executivo a figura do Governador e do Vice-Governador. O município conta com o Prefeito Municipal e seu Vice. Todos eles são eleitos por meio de voto secreto conforme dispõe a Constituição Federal.

“Dentro do sistema de separação de Poderes compete ao Poder Judiciário a função jurisdicional do Estado, ou seja, de distribuição de justiça, de resolver litígios, ou seja, de aplicação da lei em caso de conflito de interesses”. (PINHO, 2018, p.138).

A função legislativa é de elaboração de leis. A lei pode ser definida como a norma geral e abstrata, imposta coativamente a todos, emanada do Poder Legislativo. A função executiva é de formulação de políticas governamentais e implementação dessas políticas, de acordo com as leis elaboradas pelo Poder Legislativo. A função jurisdicional é de aplicação das normas, por um órgão independente do Estado, em caso de conflitos de interesses surgidos no seio da sociedade (lides). (PINHO, 2018, p.138).

É nessa altura que convém destacar o disposto no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Cidadã: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988)

Os representantes a que a CF se refere são os chamados agentes políticos, detentores de cargos eletivos, que exercerão mandatos como chefe do Poder Executivo ou como membros do Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Os requisitos para candidatura e as atribuições de cada um dos cargos políticos, seja para o Legislativo ou Executivo constam de nossa lei maior, mas aqui importa dizer que a escolha desses representantes cabe única e exclusivamente a cada um dos cidadãos

desse país, que precisam votar de forma crítica e consciente para que aquele que foi eleito possa atuar na vida pública do país com o ímpeto de promover, de fato, o bem-estar social.

“Homens e mulheres não nascem com o conhecimento das leis, dos direitos e deveres da cidadania, o que pressupõe um longo processo de socialização e de escolarização” (RIBEIRO, 2002, p.124).

Por isso, Moraes (2013) declara a importância do ensino das leis para que os jovens exerçam seu papel como cidadãos e participem da administração do Estado. Somente desta forma, o educando terá pleno desenvolvimento enquanto pessoa humana e assim estará preparado para o exercício da cidadania e para sua atuação profissional.

Uma formação integral e emancipadora possibilitará que os educandos, deixem de ser meros espectadores de sua realidade e efetuem a escolha de seus representantes, por meio do voto, com a criticidade necessária, para daí então serem considerados verdadeiros agentes promotores de mudanças na sociedade em que vivem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Marconi e Lakatos (2008, p. 33) informam que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”.

Destarte, ressalta-se a importância de uma adequada seleção de métodos e técnicas para nortear o foco investigativo. Nesta perspectiva, tem-se que:

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148).

Visando alcançar o objetivo alvitrado para a execução deste trabalho, foi realizada uma pesquisa participante, que de acordo com Gil (2002, p. 55), “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”.

A escolha por essa metodologia justifica-se em razão da relação estabelecida entre pesquisadora e pesquisados. Afinal, a pesquisadora estava completamente inserida na realidade a ser pesquisada, posto ser docente de todos os componentes curriculares do curso de Aprendizagem Industrial, objeto deste estudo.

Em vista de todo o exposto, constata-se que a pesquisa participante se mostrou a mais acertada para este estudo, afinal é

aquela em **que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistêmica e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades.** O pesquisador coloca-se numa posição de identificação com os pesquisados. Passa a interagir com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Observando as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, vai registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação.” (SEVERINO, 2007, p. 120, grifo nosso)

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Nuporanga, no interior de São Paulo, local onde o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em atendimento a empresa JBS-SEARA, e em parceria com a Prefeitura Municipal, executa o programa de jovens aprendizes. O curso de Assistente Administrativo é lecionado em uma escola municipal contando com duas turmas, uma no período matutino com 19 alunos e outra no período vespertino com 28 alunos. A faixa etária dos alunos é de 15 a 23 anos.

A direção e a coordenação técnica e pedagógica do SENAI assentiram com a realização do projeto, logo após serem informadas sobre os pormenores da pesquisa.

Além disso, o trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do IFSP. Os Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido para os alunos menores de 18 anos estão no Apêndice A. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os alunos maiores de 18 anos estão no Apêndice B.

O Quadro 2 apresentado na sequência expõe as etapas da pesquisa e na continuidade deste capítulo serão esmiuçadas cada uma delas.

Quadro 2 - Etapas da Pesquisa

Etapas da pesquisa	Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
1 ^a	Análise do Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania.	Análise Documental
2 ^a	Realização de diagnóstico com os aprendizes do curso Assistente Administrativo para avaliar o grau de conhecimento sobre a organização política do Estado brasileiro.	Aplicação de Questionário
3 ^a	Elaboração e aplicação da sequência didática que integre os componentes curriculares Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos, sobre a temática da organização dos poderes do Estado brasileiro.	Utilização dos três momentos pedagógicos propostos por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011)
4 ^a	Avaliação da sequência didática elaborada	Questionário e Redação

Fonte: elaborado pela autora

3.1 Primeira Etapa: Análise do Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania

De acordo com Gil (2002, p. 62), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Para Lüdke e André, (1986, p. 39), os documentos são “uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto que nunca deve ser ignorada”.

A análise documental, portanto, é o primeiro passo para poder se identificar com clareza as características gerais do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo e responder as questões específicas elencadas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Questões específicas e hipóteses que nortearam o desenvolvimento da 1ª etapa da pesquisa

Objetivo Específico	Questão Específica	Hipóteses	Procedimentos Metodológicos	Fontes de Dados Utilizados
Analisar o Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania.	Q ₁ : O Plano de curso aborda a questão da cidadania para uma formação integral dos alunos? Q ₂ : De que forma o Plano de curso propõe que a cidadania seja tratada em sala de aula?	H ₁ : O Plano de curso aborda a questão da cidadania para uma formação integral dos alunos H ₂ : O Plano de curso orienta sobre o tratamento da questão da cidadania em sala de aula de forma integrada a outras disciplinas.	Análise Documental	Plano de curso (disponível na intranet da instituição)

Fonte: elaborado pela autora

3.2 Segunda Etapa: Realização de avaliação diagnóstica com os aprendizes do curso Assistente Administrativo sobre a organização política do Estado brasileiro

Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Mielzynska (1998, p. 1) afirma que “a crescente popularidade de questionários explica-se pelo fato de que a teoria da amostragem de tratamento dos dados modernos permite generalizações bastante seguras com base em amostras relativamente pequenas. Mas esta vantagem pressupõe um “bom” instrumento, eficiente e fidedigno”.

A construção de um questionário, segundo Aaker et al. (2004), é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Para o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros.

Apesar de não existir um procedimento padrão para o desenvolvimento de questionários, existem recomendações de inúmeros autores sobre esta temática. Baseada em Aaker et al. (2004), o Quadro 4 ilustra os passos para a elaboração de um questionário.

Quadro 4 - Roteiro para elaboração de questionário

ETAPAS	PASSOS
Planejar o que vai ser mensurado	Aclarar os objetivos da pesquisa
	Determinar o assunto da pesquisa no questionário
	Obter informações adicionais sobre o assunto da pesquisa a partir de fontes de dados secundários e pesquisa exploratória
	Determinar o que vai ser perguntado sobre o assunto da pesquisa
Dar forma ao questionário	Para cada assunto, determinar o conteúdo de cada pergunta
	Decidir sobre o formato de cada pergunta
Elaborar o texto das perguntas	Definir como as questões serão redigidas
	Avaliar cada uma das questões quanto a facilidade de compreensão e ainda conhecimentos e habilidades exigidos dos respondentes.
Decidir a sequência das perguntas	Organizar as questões em uma ordem adequada
	Agrupar todas as questões de cada subtópico para obter um único questionário
Realizar o Pré-teste e a Correção de Problemas	Ler o questionário todo e analisar se faz sentido
	Verificar possíveis erros
	Fazer o pré-teste
	Corrigir eventuais problemas

Fonte: elaborado pela autora baseada em Aaker et al. (2004)

Esta fase da pesquisa, que ocorreu em 09.09.2019, contou com a aplicação de um questionário baseado nas premissas de elaboração de Aaker et al. (2004) e foi previamente realizada uma validação de face e conteúdo por duas especialistas. A aplicação foi realizada presencialmente, com as duas turmas do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo com a finalidade de averiguar o grau de conhecimento dos alunos sobre a organização política do Estado brasileiro, principalmente no que diz respeito às atribuições que os eleitos a um cargo político do Executivo ou Legislativo, das esferas municipal, estadual e federal, deverão cumprir quando eleitos. O questionário desenvolvido encontra-se no Apêndice C deste trabalho.

As questões específicas e as hipóteses que orientaram a segunda etapa desta pesquisa constam do quadro a seguir, mas somente serão debatidas a frente na seção que trata dos resultados e discussões.

Quadro 5 - Questões específicas e hipóteses que nortearam o desenvolvimento da 2ª etapa da pesquisa

Objetivo Específico	Questão Específica	Hipótese	Procedimentos Metodológicos	Fontes de Dados Utilizados
Realizar um diagnóstico com os aprendizes do curso Assistente Administrativo para avaliar o grau de conhecimento sobre a organização política do Estado brasileiro.	Q1: Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?	H3: Os estudantes têm conhecimento sobre o sistema de separação dos Poderes no Brasil.	Levantamento (Survey)	Questionário elaborado e aplicado com os estudantes de duas turmas do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo
	Q2: A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?	H4: Os estudantes têm ciência sobre a quantidade de Poderes da União.		
	Q3: Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?	H5: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Executivo federal, estadual e municipal.		
	Q4: Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores?	H6: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Legislativo federal, estadual e municipal.		
	Q5: Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para representa-lo nas esferas federal, estadual e municipal?	H7: Os estudantes conseguem realizar uma escolha criteriosa dos representantes políticos.		

Fonte: elaborado pela autora

3.3 Terceira Etapa: Elaboração e aplicação da sequência didática

A sequência didática, para Simão (2014, p.22), deve ser “uma prática educativa, a ser elaborada pelo professor, que considere também a organização social da classe, a

organização dos conteúdos, os materiais curriculares e outros recursos didáticos e a avaliação no planejamento da mesma”.

As atividades devem estruturar-se de modo a atender ao(s) objetivo(s) a que se propõe(m) nos processos de ensino e de aprendizagem e produzir sentido para o aluno. É importante observar como o discente se apropria do conhecimento e o contextualiza, assim, tornando o desejo de aprender um fator motivacional para o desenvolvimento significativo da aprendizagem. (SIMÃO, 2014, p. 21).

Na produção da sequência didática, seguiu-se os três momentos pedagógicos propostos por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011, p. 200): a problematização, a organização e a aplicação do conhecimento. A problematização diz respeito ao conhecimento prévio dos estudantes acerca do tema abordado. A organização nada mais é do que o momento em que, monitorados pelo professor, os alunos estudam os conteúdos essenciais para a compreensão do tema. Segundo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011, p. 200), as mais variadas atividades são, então, empregadas, de modo que o professor possa desenvolver a conceituação identificada como fundamental para uma compreensão científica das situações problematizadas. Por último, ocorre a chamada aplicação do conhecimento que se destina, particularmente, a tratar do conhecimento que vem sendo absorvido pelo estudante.

O tema Organização dos Poderes Políticos no Brasil foi trabalhado nos componentes curriculares Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos. O componente curricular Comunicação e Redação Empresarial trata de fundamentos técnicos e científicos relativos a situações de comunicação empresarial, considerando a aquisição de habilidades cognitivas específicas à elaboração de textos verbais, orais e escritos, inclusive em meios eletrônicos e a unidade curricular Administração de Recursos Humanos propõe desenvolver capacidades técnicas e científicas relativas à administração de recursos humanos, bem como desenvolver capacidades organizativas, sociais e metodológicas adequadas a diferentes situações profissionais. Buscou-se trabalhar, os conteúdos das duas disciplinas, por meio de uma concepção integradora que superasse a prevalente perspectiva tecnicista da formação profissional e conduzisse a uma formação humana, emancipadora e integral.

Isto posto, para a formulação da sequência didática foram analisados os aspectos apontados, anteriormente, na busca por clarificar para os estudantes conhecimentos sobre a organização política do Estado brasileiro, apontando os requisitos para candidatura política e principalmente as funções exercidas nos cargos eletivos do Poder Executivo e Legislativo pátrio.

A sequência didática se desenvolveu em atividades distribuídas em 3 momentos pedagógicos, dividido em 5 etapas, totalizando 14 aulas, durante o curso de Assistente Administrativo para jovens aprendizes, como será demonstrado no capítulo sobre o produto educacional.

3.4 Quarta etapa: Avaliação da sequência didática

Concluída a aplicação da sequência didática, no dia 25.09.2019, foi proposta nova aplicação de questionário aos alunos. Isto foi feito utilizando-se das mesmas perguntas formuladas na segunda etapa da pesquisa, visando, por meio de comparação entre os resultados, mensurar o grau de compreensão dos alunos sobre o tema proposto e consequentemente avaliar o êxito no desenvolvimento da sequência didática.

No intuito de complementar e validar os dados obtidos nesta etapa da pesquisa, em mesma data, foi proposta também a criação de uma redação sobre a temática explanada em sala de aula.

As questões específicas e as hipóteses que embasaram esta fase da pesquisa figuram no quadro apresentado na sequência.

Quadro 6 - Questões específicas e hipóteses que nortearão o desenvolvimento da 4ª etapa da pesquisa

Objetivo Específico	Questão Específica	Hipóteses	Procedimentos Metodológicos	Fontes de Dados Utilizados
Avaliar a sequência didática	Q₁: Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil? Q₂: A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União? Q₃: Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?	H₈: Os estudantes têm conhecimento sobre o sistema de separação dos Poderes no Brasil. H₉: Os estudantes têm ciência sobre a quantidade de Poderes da União. H₁₀: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Executivo federal, estadual e municipal.	Levantamento (Survey) e Análise Qualitativa	Questionário e Redação aplicados aos estudantes de duas turmas do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo

	Q₄: Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores? Q₅: Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal?	H₁₁: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Legislativo federal, estadual e municipal. H₁₂: Os estudantes conseguem realizar uma escolha criteriosa dos representantes políticos.		
--	--	---	--	--

Fonte: elaborado pela autora

A discussão dos resultados obtidos através da realização do questionário e da redação está tratada no capítulo 5 deste trabalho.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

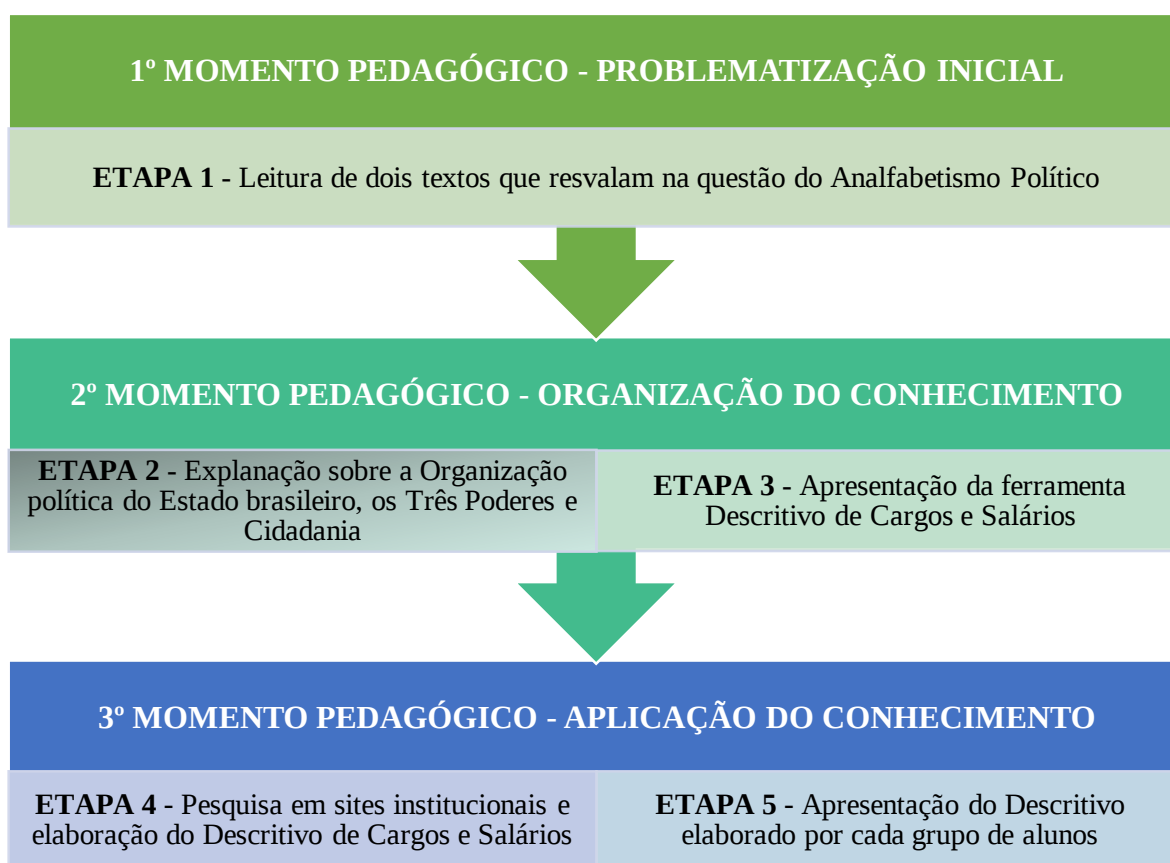
O produto educacional fruto da pesquisa desenvolvida no ProfEPT, se insere na Linha de Pesquisa “Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” e no Macroprojeto 5 – “Organização do Currículo Integrado da EPT”, encontra-se no Apêndice D e também está disponível no Portal eduCAPES, por meio do link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/584552>

Trata-se de uma sequência didática, que segundo Zabala (1998, p. 18), é um “conjunto de atividades, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. Ela trata da importância de se conhecer a Organização dos Poderes Legislativo e Executivo no Brasil e foi concebida no intuito de integrar os conteúdos das disciplinas de Comunicação e Redação Empresarial e de Administração de Recursos Humanos visando à formação integral dos estudantes.

A concepção do produto educacional, mesmo fundada no ideal de integração curricular, não enfrentou dificuldades, pois a pesquisadora era a docente responsável por lecionar todas as disciplinas do curso de Aprendizagem Industrial para Assistente Administrativo nas turmas pesquisadas, sendo um elemento facilitador tanto na elaboração quanto na aplicação do produto.

A sequência didática foi estruturada em cinco etapas com base nos três momentos pedagógicos aventados por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), que são: 1) problematização inicial; 2) organização do conhecimento e 3) aplicação do conhecimento. A Figura 1 revela a estrutura da sequência didática.

Figura 1 - Etapas da Sequência Didática



Fonte: elaborada pela autora

O desenvolvimento das atividades propostas para cada uma das cinco etapas, condizente com a metodologia de Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) será detalhado adiante.

4.1 Etapa 1: Leitura de dois textos que perpassam pela questão do Analfabetismo Político

Apoiado nas convicções de Kuenzer (1988) de que a finalidade da escola reside na formação de homens desenvolvidos multilateralmente e que conseguem articular as capacidades de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige, teve início o primeiro momento pedagógico conhecido como problematização.

A problematização deve ser capaz de gerar no aluno a necessidade de apropriação de um conhecimento que ele ainda não tem e que ainda não foi apresentado pelo professor. É preciso que o problema formulado tenha uma significação para o estudante, de modo a conscientizá-lo que a sua solução exige um conhecimento que, para ele, é inédito. (DELIZOICOV, 2002, p.6)

Esta etapa inicial teve espaço em uma única aula de cinquenta minutos e buscou semear indagações e inquietações entre os alunos e captar deles os conhecimentos prévios acerca do tema problematizado.

Como abertura da sequência didática e com o propósito de despertar a curiosidade daqueles que estavam presentes foi apresentado o texto disponível no site Recanto das Letras¹, descrito a seguir.

*"De aorcd com uma peqsiusa de uma uinrvesriddae ignlsea, não ipomtra em qaul odrem as
lteras de uma plravaa etãso.*

*A úncia csioa iprotmatne é que a piremria e útmlia Lteras etejasm no lgaur crteo. O rseto pdoe ser uma
bçguana ttaol, que vcoê anida pdoe ler sem pobrlmea.*

*Itso é poqrue nós não lmeos cdaa Ltera isladoa,
mas a plravaa cmoo um tdoo."*

Sohw de bloa".

A turma da manhã contava nesta primeira etapa com 16 alunos e a turma da tarde com 23 alunos que receberam uma cópia com o texto impresso e após leitura individualizada, a docente propôs um bate-papo para que os aprendizes inferissem o que compreenderam. Todos os discentes, sem exceção, conseguiram compreender o texto, mesmo com a inversão das letras. As reações à atividade proposta foram bastante variadas, alguns alunos acharam muito simples, outros demoraram um pouco mais de tempo para decifrar as palavras, mas a totalidade deles conseguiu completar a leitura.

Fato é que o texto causou a comoção esperada e despertou a atenção dos alunos vinculando-o com a atividade seguinte. Nesse ponto foi possível argumentar que eles conseguiram ler porque não são analfabetos, mas que não existe um único tipo de analfabetismo, como veríamos adiante.

Subsequentemente foi distribuída aos alunos uma cópia impressa do texto “O Analfabeto Político” de Bertolt Brecht. Nesse poema, o autor sustenta a tese de que o cidadão que se aliena das discussões políticas é o maior responsável pela vitória dos corruptos e dos maus políticos.

¹ Texto disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/humor/2723050>. Acesso em: 28 jun. 2019

O analfabeto político²

*O pior analfabeto, é o analfabeto político.
 Ele não ouve, não fala, não participa dos acontecimentos políticos.
 Ele não sabe que o custo de vida,
 O preço do feijão, do peixe, da farinha
 Do aluguel, do sapato e do remédio
 Depende das decisões políticas.
 O analfabeto político é tão burro que
 Se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política.
 Não sabe o imbecil,
 Que da sua ignorância nasce a prostituta,
 O menor abandonado,
 O assaltante e o pior de todos os bandidos
 Que é o político vigarista,
 Pilantra, o corrupto e o lacaios
 Das empresas nacionais e multinacionais.*

Após apresentação e leitura compartilhada/colaborativa do texto de Bertolt Brecht, a docente explicou que a obra faz parte do gênero textual poema, que normalmente é estruturado em versos e nele prevalecem aspectos narrativos e descritivos.

Teve início então, uma “roda de conversa” sobre as situações abordadas no poema e apoiada em Delizoicov (2002) a docente buscou questionar posicionamentos, fomentando a discussão entre os alunos e lançando dúvidas sobre o texto.

A discussão iniciada foi extremamente rica e tocou em pontos interessantes como o desinteresse da sociedade pela política e suas motivações. A corrupção e o descaso dos governantes para com os problemas do povo foram atribuídos pela maioria dos jovens aprendizes, das duas turmas, como fator preponderante para a indiferença e o desânimo com a esfera política.

A partir da fala dos próprios estudantes sobre o desencanto com os nossos representantes do Poder Executivo e Legislativo e o despreço pela política a docente propôs que refletissem se ao nos distanciarmos da política não corremos o risco de não

² Texto disponível em: <http://www.culturabrasil.org/antologia-poetica-de-bertolt-brecht/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

saber o que nos cabe cobrar, de quem devemos cobrar e quais são de fato as atribuições e responsabilidades daqueles que deveriam estar a serviço do povo.

A atividade pretendia instigar uma leitura crítica que auxiliasse no combate à alienação e conduzisse à uma formação emancipadora preparando os jovens para uma atuação como cidadãos politicamente conscientes e segundo Ramos (2008, p.4) capazes de serem produtores de sua própria realidade, apropriando-se dela e transformando-a.

Neste ponto, deu-se por encerrada a etapa da problematização, na qual o foco primordial segundo Delizoicov (2002, p.13) é “fazer com que o aluno sinta a necessidade da aquisição de outros conhecimentos que ainda não detém, ou seja, procura-se configurar a situação em discussão como um problema que precisa ser enfrentado”.

4.2 Etapa 2: Explicação sobre a Organização política do Estado brasileiro, os Três Poderes e Cidadania

O segundo momento pedagógico proposto por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011) diz respeito à organização do conhecimento e foi dividido em duas etapas. A primeira delas girou em torno de uma explicação sobre a Organização dos Poderes do Estado brasileiro (Etapa 2) e a outra sobre a ferramenta Descritivo de Cargos e Salários (Etapa 3).

É nesta altura que

Os conhecimentos selecionados como necessários para a compreensão dos temas e da problematização inicial são sistematicamente estudados, sob a orientação do professor. As mais variadas atividades são então empregadas, de modo que o professor possa desenvolver a conceituação identificada como fundamental para uma compreensão científica das situações problematizadas. (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2011, p. 201).

Seguindo os preceitos anteriormente expostos, escolheu-se este momento para trazer ao conhecimento dos alunos os conceitos básicos indispensáveis para as próximas etapas.

Para esta explicação, a docente fez uso do projetor de imagens e foram necessárias três aulas de cinquenta minutos cada. Estavam presentes 16 alunos da turma da manhã e 23 alunos da turma da tarde.

Entre os assuntos sobre a Organização dos Poderes do Estado Brasileiro foram abordados conceitos imprescindíveis ao entendimento da cidadania como um direito essencial propiciador das condições necessárias à inclusão dos alunos no campo da participação política (RIBEIRO, 2002, p. 124), a saber:

- O que é Estado?
- O que é Governo?
- O que é Constituição Federal?
- Quais são os fundamentos da República previstos na Constituição Federal?
- Quais os objetivos do Estado Brasileiro segundo a lei?
- Quais são os direitos sociais e por que nem todos têm acesso a eles?
- O Estado dispõe de que poderes para cumprir sua missão?
- Como é estruturada a organização política brasileira?
- Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário
- Quem escolhe os governantes e parlamentares?
- O que é cidadania?

Como base para apoiar os conteúdos apresentados, a docente fez uso da cartilha desenvolvida por Antônio Augusto Queiroz sobre Noções de Política e Cidadania no Brasil (Figura 2).

Figura 2 - Capa da cartilha sobre Noções de Política e Cidadania no Brasil



Fonte: ANABB. Cartilha Noções de Política e Cidadania no Brasil. Disponível em: http://www.anabb.org.br/nocoess_politica_cidadania_brasil.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

As três aulas, conforme esperado, suscitaram vários questionamentos dos estudantes, mas de maneira geral correram tranquilamente sem nenhuma intercorrência. Foi possível, dentro do prazo estipulado pela docente, desenredar que o Estado por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é que detém os monopólios de legislar tributar (cobrar impostos, taxas e contribuições de todos), (fazer a lei) e punir (poder de polícia). É o Estado, por meio dos governantes e parlamentares, que administra os recursos, elabora e aplica as políticas públicas. Todavia, essas políticas públicas dependem da vontade de nossos governantes e por isto é tão importante que os cidadãos sejam instruídos e conscientes, capazes de analisar criticamente a sociedade em que vivem e quando chamados a votar, realizem uma escolha refletida.

A educação exerce papel de destaque para atingir essa criticidade, sendo responsável por formar jovens para a cidadania como dispõe tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em normas que pregam a busca pelo desenvolvimento pleno do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (BRASIL, 1997).

Cidadania é prática, e **a escola** tem meios de desenvolver essa prática para trabalhar com o aluno não só a busca e acesso à informação relativa a seus direitos e deveres, como o seu exercício. Assim, **consultas a documentos jurídicos nacionais e tratados e declarações internacionais** poderá ser feita em sala de aula. (BRASIL, 1998b, p. 164, grifo nosso).

Nesse sentido, como afirma Moraes (2013), o ensino dos conteúdos anteriormente elencados (noções jurídicas) que visam promover uma conscientização dos educandos coincide com os objetivos estipulados na legislação para as escolas. Não há dúvidas de que o jovem que compreende estes conceitos e sua importância, passa de objeto da história para o sujeito capaz de nela intervir. “No mundo da história, da cultura, **da política**, constato não para me **adaptar**, mas para **mudar**” (FREIRE, 2016, p.74 grifo nosso).

4.3 Etapa 3: Apresentação da ferramenta Descritivo de Cargos e Salários

Finalizando o segundo momento pedagógico proposto por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), que teve como objetivo esclarecer os conceitos necessários para o desenvolvimento da sequência didática, a pesquisadora buscou apresentar, por meio de projetor de imagens, a ferramenta Descritivo de Cargos e Salários.

Durante três aulas, contando com 17 alunos na turma da manhã e 28 alunos na turma da tarde, explicou que uma descrição de cargos é a formalização, em documento escrito, das atribuições, responsabilidades e especificações dos requisitos de um cargo atribuído a uma pessoa dentro de uma empresa. A Figura 3 revela o conteúdo sobre descrição de cargos.

Figura 3 - Conteúdo sobre Descrição de Cargos

Conteúdo do Cargo	O que faz?	Tarefas e atividades a executar
	Quando faz?	Periodicidade: diária, semanal, mensal, anual ou esporádica
	Como faz?	Através: pessoas, máquinas, materiais, equipamentos, dados e informações
	Onde faz?	Local e ambiente de trabalho
	Por que faz?	Objetivos do cargo Metas e resultados a atingir

Fonte: LINKED RH. **Descrição de Cargos**. Disponível em: <https://descricaoecargos.linkedrh.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Logo após esmiuçar o conceito anterior e sanar as dúvidas acerca da ferramenta Descritivo de Cargos e Salários a discente fez a conexão com a temática da Organização dos poderes do Estado brasileiro seguindo os ensinamentos de Freire (2016) sobre a necessidade de aproximação das aulas à realidade dos aprendizes.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina (...)? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? [...] (FREIRE, 2016, p. 32).

Valorizando o contexto em que os educandos estão inseridos no que tange diretamente à idade eleitoral, foi exposto que assim como, dentro das empresas, em que os colaboradores devem preencher determinados requisitos para a contratação e exercício de tarefas específicas quando admitidos, os políticos também devem preencher requisitos para propor uma candidatura e quando eleitos devem desempenhar atividades específicas.

A explicação da ferramenta Descritivo de cargos, da forma como foi realizada, possibilitou uma alfabetização política mais próxima do cotidiano dos estudantes e de sua qualificação profissional. Conforme preceitua Freire (2014, p. 15, grifo nosso), “para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento de sua vocação [...] é preciso que se **envolvam permanentemente no domínio político**, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder”.

A Descrição de Cargos, portanto, poderá servir de aliada nesses casos, nos quais é possível elucidar qual a missão, atividades e requisitos exigidos daqueles que concorrem a eleição para exercício de cargos públicos de presidente, senador, deputado federal, governador e deputado estadual ou distrital, prefeito e vereador.

4.4 Etapa 4: Pesquisa em sites institucionais

O terceiro momento pedagógico proposto por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), refere-se à aplicação do conhecimento.

Destina-se, sobretudo, a abordar sistematicamente o conhecimento que vem sendo incorporado pelo aluno, para analisar e interpretar tanto as situações iniciais que determinaram seu estudo como outras situações, que embora não estejam diretamente ligadas ao motivo inicial, podem ser compreendidas pelo mesmo conhecimento. (DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011, p. 202).

Este último momento pedagógico foi dividido em duas etapas: Pesquisas em sites institucionais (Etapa 4) e apresentação do descritivo elaborado por cada grupo de alunos (Etapa 5).

Para a Etapa 4, a docente planejou atividades que possibilitassem aos alunos, que de forma autônoma, fossem capazes de produzir conhecimentos. Afinal “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ao a sua construção” (FREIRE, 2016, p. 47).

Nessa ocasião, contando com 18 alunos da turma da manhã e 28 da turma da tarde, a docente fez a retomada do ponto de partida com uma atividade relembrando o texto *Analfabeto Político* de Bertolt Brecht. Inicialmente, pediu que os estudantes se reunissem em pequenos grupos e, no centro da lousa, escreveu de forma incorreta o seguinte questionamento: “Quem somos analfabeto político?”. Em seguida, distribuiu *post-it* para os alunos, explicando que se tratava de uma atividade com o intuito de que debatessem e, em poucas palavras, se manifestassem, de forma individual, sobre os temas abordados nas aulas anteriores, respondendo à pergunta. Os *post-its*, após preenchidos, foram colados no quadro negro e a professora, em voz alta, os leu para a sala.

As Figuras 4 e 5 mostram fotos do momento de desenvolvimento da atividade de preenchimento dos *post-it* respectivamente pelas turmas da manhã e da tarde.

Figura 4 - Atividade de preenchimento dos Post-it desenvolvida pela turma da manhã



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019)

Figura 5 - Atividade de preenchimento do Post-it desenvolvida pela turma da tarde



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019)

Em muitos *post-its* os alunos comentaram que desconheciam as funções de alguns cargos políticos e as regras para candidatura, o que, segundo eles, poderia vir a impactar na escolha do voto. Cinco alunos do período vespertino disseram não se considerar analfabetos políticos, mas acreditam que a ferramenta Descritivo de Cargos e Salários pode ser utilizada para promover um entendimento sobre política.

A atividade tinha por propósito analisar a realidade concreta com olhar crítico, proporcionando uma autoavaliação dos estudantes e isto foi concluído com êxito.

Dando continuidade, a docente dividiu os estudantes, em 7 grupos, de modo a distribuir os seguintes cargos políticos: Presidente, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual/Distrital e Vereador.

Já no laboratório de informática, orientados pela professora, os grupos realizaram uma pesquisa em *sites* institucionais a fim de buscar subsídio para formatar o descritivo de cargos e salários do cargo político que lhes foi atribuído.

Esta tarefa deu vazão a investigação, prática relevante na formação dos aprendizes, que consiste no ideal de que estes assumam um papel de comprometimento com a mudança social e não se mantenham passivos, o que é comum aqueles que apenas recebem conhecimentos transmitidos pelo docente (BERTRAND, 2001).

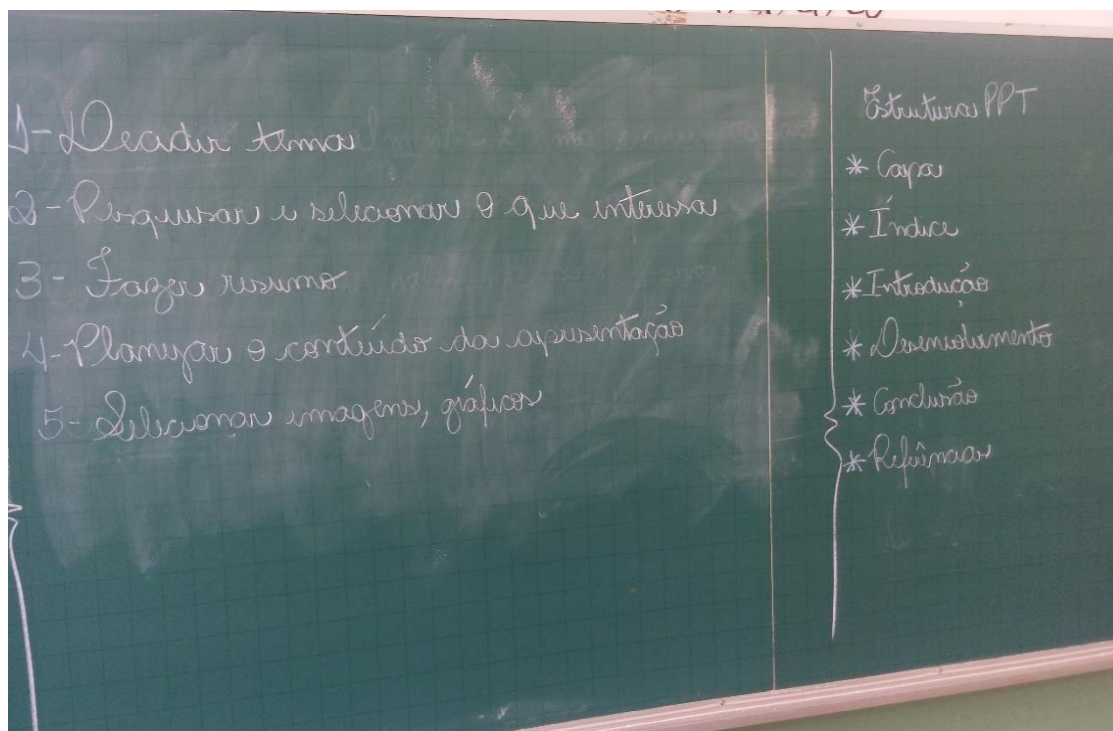
Dessa forma os alunos puderam, mediante requisitos fixados anteriormente pela docente, elaborar arquivo em Power Point para apresentação do descritivo de cargo e salário em sala de aula.

4.5 Etapa 5: Descritivo de cargos e salários elaborados pelos discentes

Esta etapa, com duração de quatro aulas de cinquenta minutos cada, fez parte da aplicação do conhecimento, englobado no último momento pedagógico. Esta foi a ocasião em que nas palavras de Freire (2016) os estudantes puderam se converter em efetivos sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado.

Cada um dos grupos de alunos deveria preparar uma apresentação, em Power Point, sobre o descritivo de cargos e salários com base no roteiro preparado e repassado pela pesquisadora na aula anterior. Vale dizer que o conteúdo sobre a estruturação de uma apresentação feita no programa Power Point já havia sido objeto de aula anterior à aplicação da sequência didática, mas foi lembrado pela docente na ocasião como mostra a Figura 6.

Figura 6 - Estrutura para elaborar uma apresentação no programa Power Point



Fonte: arquivo pessoal da autora (2019)

A professora disponibilizou o projetor de imagens e todas as apresentações ocorreram conforme o previsto, seguindo a estrutura transmitida (capa, índice, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências).

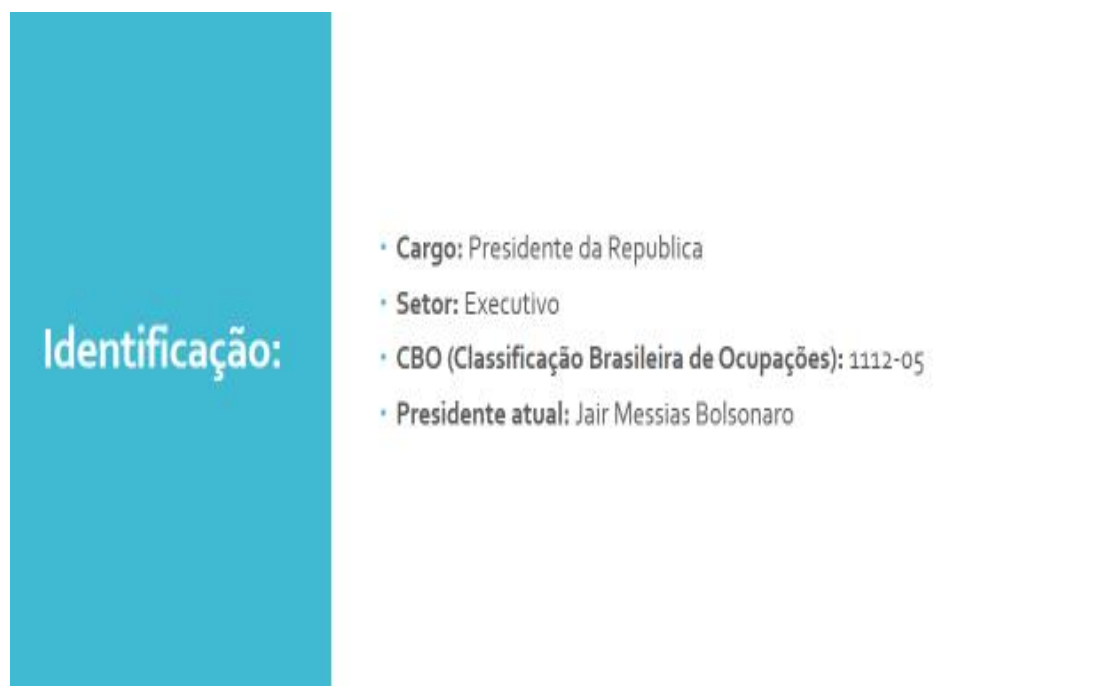
Ao finalizar a exposição do conteúdo abria-se a possibilidade de os ouvintes manifestarem suas dúvidas para o grupo que estava com a palavra e a professora auxiliou nas situações em que os grupos tiveram dificuldades para responder.

No geral, o trabalho foi desempenhado de maneira comprometida por todos, ainda que, como é usual, alguns alunos participem mais e outros menos.

Como forma de apurar a absorção de conhecimentos pelos alunos, foi proposto que eles redigissem uma dissertação sobre a temática explanada em sala de aula. Posteriormente, dando continuidade a averiguação sobre o aprofundamento dos conteúdos pelos alunos foi aplicada a mesma avaliação diagnóstica (questionário) realizada antes do início desta sequência didática. Os resultados da avaliação diagnóstica e da nova aplicação do questionário estão apresentados no capítulo 5.

As Figuras 7, 8 e 9 exibem fragmentos dos trabalhos apresentados pelos jovens aprendizes.

Figura 7 - Descrição de cargo de Presidente da República



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019)

Figura 8 - Descrição de cargo de Vereador

Atribuições principais de vereadores

1-Função Legislativa: consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis, buscando organizar a vida da comunidade.

2-Função Fiscalizadora: o Vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do orçamento. Também fiscaliza através do pedido de informações

3-Função de Assessoramento ao Executivo: esta função é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas).

4-Função Julgadora: a Câmara tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do Prefeito e dos Vereadores.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019)

Figura 9 - Descrição de cargo de Prefeito

REQUISITOS PARA CANDIDATURA DO PREFEITO

- ter nacionalidade brasileira (ser brasileiro nato ou naturalizado);
- ter pleno exercício dos direitos políticos;
- estar em dia com a Justiça Eleitoral;
- ter pelo menos 21 anos de idade até a data da posse;
- ser alfabetizado (saber ler e escrever);
- ter domicílio eleitoral no município onde pretende se candidatar, há pelo menos 1 ano;
- estar filiado em um partido político por pelo menos 6 meses antes das eleições.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019)

Buscou-se construir esta sequência didática numa concepção de currículo que procura relações em todas as direções do desenvolvimento humano e integrando conhecimentos de formação geral e de formação técnica, sob a ótica de Beane (2002), segundo o qual a preocupação está em aumentar as possibilidades de integração pessoal e social por meio da ordenação de um currículo voltado à questões significativas, identificadas de forma colaborativa pelos educadores e jovens, independentemente das linhas de demarcação das disciplinas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da presente pesquisa e, para tanto, divide-se em três partes, sendo elas a análise do plano de curso no tocante ao tema da cidadania, os resultados da avaliação diagnóstica sobre a organização dos poderes políticos do Estado brasileiro e finalmente a avaliação do produto educacional.

5.1 Resultado da análise do Plano do curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania

O plano de curso, elaborado pela Gerência de Educação do SENAI-SP, está subdividido em nove capítulos. O capítulo inicial discorre primeiramente sobre a justificativa para o desenvolvimento do Curso de Aprendizagem Industrial de Assistente Administrativo:

Nos termos da legislação que concerne à Aprendizagem, todas as empresas que contam com profissionais registrados nesta família ocupacional demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos. Esta informação, por si só, já corrobora o argumento quanto à necessidade do planejamento e desenvolvimento de oferta de Curso de Aprendizagem Industrial de Assistente Administrativo para atendimento às demandas legais das empresas vinculadas às Atividades Econômicas Contribuintes do Sistema Indústria.

O curso de formação profissional proposto é validado como oferta do SENAI no Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional (CONAP), a cargo do Ministério do Trabalho, que disciplina a oferta de programas que buscam atender às disposições da Lei Federal nº 10.097/2000. (CRUZ, 2016, p.4).

Assinala que o curso tem como objetivo “proporcionar qualificação profissional nas atividades de rotinas administrativas no ambiente de trabalho da empresa, seguindo legislação, normas internas e procedimentos técnicos, de qualidade, saúde, segurança e meio ambiente.” (CRUZ, 2016, p.5)

No capítulo II, de forma bastante sucinta, estão elencados os requisitos de acesso, quanto a idade, a formação escolar e a aprovação em processo seletivo. O capítulo III aponta o perfil profissional do concluinte e aduz que o assistente administrativo deverá ser capaz de “executar atividades de rotinas administrativas no ambiente de trabalho da empresa.” (CRUZ, 2016, p.8)

Na sequência, já no capítulo IV, é abordada a organização curricular, as ementas de conteúdos formativos e a metodologia a ser adotada durante o processo de ensino-aprendizagem. É neste ponto, que aparecem alguns indícios no tocante ao

comprometimento (ou falta dele) com uma educação que prepare para o exercício da cidadania, assunto ao qual esta análise deu maior relevo.

O desenvolvimento do curso de Assistente Administrativo pressupõe práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento de capacidades [...], gerando, por conseguinte, as competências profissionais que são demandadas pelo mercado de trabalho [...]. Para que tais competências sejam desenvolvidas nos estudantes, pressupõe-se que o processo de ensino-aprendizagem considere:

[...] A formação teórica e prática como elementos indissociáveis que possibilitam o *desenvolvimento de competências profissionais e para a vida cidadã* [...] (grifo nosso)

E ainda na mesma seção

[...] as Unidades Curriculares devem ter seu desenvolvimento pautado pelos princípios básicos da flexibilidade e da contextualização, sendo também perpassadas pela transversalidade, as quais conduzirão à *formação integral do estudante*.

Nos dois momentos, em que o tema da formação integral do estudante aparece, isso é feito de forma sucinta, sem a profundidade que o preparo para o pleno exercício da cidadania requer. O documento utiliza as expressões, mas não explicita com clareza o seu significado, ou seja, quando trata da “formação integral do estudante”, a qual sentido o plano de curso se refere?

Esta expressão é utilizada no sentido da formação humana integral e igualitária para todos e que integre trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixos estruturantes e indissociáveis, voltada para a cidadania plena e autônoma, ou trata de uma formação diferenciada em função da classe social (ou fração) a que cada indivíduo pertence, sendo voltada para a adaptação às exigências do mercado de trabalho, na qual a cidadania é restrita e reduzida apenas a direitos e deveres dentro de uma lógica pré-estabelecida? (MOURA, 2010, p.14)

Fica evidente a intencionalidade puramente tecnicista do documento ao inferir que “o estudante deverá dominar a técnica em nível intelectual, compreendendo a realidade na qual vai atuar e a aplicabilidade do seu conhecimento frente a essa realidade”. (CRUZ, 2016, p.18)

Fato é que o plano de curso cita vagamente a intenção de uma formação que prepare para o exercício da cidadania, todavia em momento algum é proposto formas de abordagem do tema em sala de aula, o que responde as questões específicas e hipóteses objeto desta análise.

Finalizam o plano de curso, constando em apenas duas laudas e sem nada acrescentar como resposta desta primeira etapa da pesquisa, os capítulos a seguir: V-

Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores, VI- Critérios de Avaliação, VII- Instalações e Equipamentos, VIII- Pessoal Docente e Técnico e IX- Certificados.

Desta forma, após a análise do Plano de Curso, pode-se verificar no Quadro 7 a síntese do status das hipóteses que nortearam o desenvolvimento da pesquisa apresentada neste tópico.

Quadro 7 - Hipóteses que nortearam o desenvolvimento da pesquisa documental

HIPÓTESE	STATUS
H ₁ : O Plano de curso aborda a questão da cidadania para uma formação integral dos alunos	Não confirmada
H ₂ : O Plano de curso orienta sobre o tratamento da questão da cidadania em sala de aula de forma integrada a outras disciplinas.	Não confirmada

Fonte: elaborado pela autora

Esta análise se fez essencial, visto que o plano de curso é muito importante porque deve apontar os traços da escola que temos e projetar os caminhos para se chegar aquela escola que queremos.

5.2 Resultado da avaliação diagnóstica com os aprendizes sobre a organização dos Poderes do Estado brasileiro

Para realização da avaliação diagnóstica sobre a organização política do Estado brasileiro, os aprendizes responderam um questionário antes do início da aplicação do produto educacional.

Na turma da manhã do Curso de Aprendizagem – Assistente Administrativo a aplicação desse primeiro questionário contou com a presença de 16 alunos, todos já com o ensino médio concluído, com idade entre 17 e 23 anos e foi realizada durante o período de aula.

Já na turma da tarde do Curso de Aprendizagem – Assistente Administrativo, durante a aplicação da avaliação diagnóstica, estavam presentes 23 alunos com idade entre 15 e 19 anos, dos quais 5 concluíram o ensino médio.

A primeira pergunta do questionário (Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?) possuía resposta dicotômica e obteve 35 respostas Sim e 4 respostas Não como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?

	Sim	Não	Total
Turma manhã	13	3	16
Turma tarde	22	1	23
Total	35	4	39

Fonte: Elaborada pela autora

Com base nas respostas obtidas, a terceira hipótese do trabalho (H₃: Os estudantes têm conhecimento sobre o sistema de separação dos Poderes no Brasil) foi parcialmente confirmada, visto que 4 alunos responderam não conhecer o sistema de separação dos Poderes no Brasil.

A segunda questão (A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?) apresentava como respostas possíveis três alternativas: 2 poderes, 3 poderes e 4 poderes conforme pode ser evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2 - Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?

	2 Poderes	3 Poderes	4 Poderes	Total
Turma manhã	1	15	0	16
Turma tarde	0	20	3	23
Total	1	35	3	39

Fonte: Elaborada pela autora

A partir das respostas à questão 2, pode-se confirmar parcialmente a quarta hipótese do trabalho (H₄: Os estudantes têm ciência sobre a quantidade de Poderes da União), dado que 4 alunos a responderam de forma incorreta dentre os 39 respondentes.

A questão 3 (Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?) obteve 27 respostas Sim e 12 respostas Não conforme revela a Tabela 3.

Tabela 3 - Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?

	Sim	Não	Total
Turma manhã	11	5	16
Turma tarde	16	7	23
Total	27	12	39

Fonte: Elaborada pela autora

Na questão 3, além das respostas Sim ou Não, foi solicitado aos alunos que discorressem sobre as atribuições do Presidente da República, Governadores dos Estados e Prefeitos municipais. Com o propósito de analisar comparativamente as explicações dadas pelos alunos no primeiro e no segundo questionário foram selecionados 5 alunos da turma da manhã (A,B,C,D e E) e 5 alunos da turma da tarde (F,G,H,I e J) que estiveram presentes, do início ao fim, em todas as aulas da sequência didática e participaram de todas as atividades e avaliações decorrentes deste estudo, inclusive respondendo com justificativas à todas as questões que assim requeriam. As argumentações apresentadas pelos respondentes à questão 3 estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 8 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 3

“O presidente é responsável por governar o Brasil por exemplo criando leis que valem de forma nacional. Governador fica responsável pelo estado do qual ele representa. Já os Prefeitos cuidam de um município (cidade) o qual cria e aprova leis”. (Aluno A)	“Presidente representa o poder acima de todos os outros e propõe legislações para o país. Governadores: comandam o poder político de um estado. Prefeito cuida da cidade, mas com poder mais inferior aos outros cargos políticos”. (Aluno F)
“Conheço algumas atribuições sobre esses cargos”. (Aluno B)	“Tenho uma noção, mas não muito boa”. (Aluno G)
“Na minha opinião o que eles deveriam fazer é melhorar o país economicamente, além da saúde e educação”. (Aluno C)	“Presidente é uma pessoa escolhida por uma democracia, governadores são a representação de uma cidade”. (Aluno H)

“Acredito que cada um governa em uma esfera porém preciso estudar mais sobre o assunto”. (Aluno D)	“Sei +/- O presidente apresenta as leis e os senadores votam na lei. E o governador governa e representa um estado”. (Aluno I)
“São eles que executam, colocam em prática as coisas”. (Aluno E)	“Não faço a menor ideia”. (Aluno J)

Fonte: Elaborado pela autora

Não era esperado uma resposta que contivesse todas as atribuições, visto que a lista das atividades do Presidente, do Governador e do Prefeito é vasta. Esperava-se que aqueles alunos que responderam Sim, conseguissem explicar que o Poder Executivo tem a função de governar o povo e administrar os interesses públicos, de acordo com as leis aprovadas pelo Poder Legislativo.

Contudo, pela análise dos comentários emitidos no quadro foi possível verificar que apesar de a maioria dos alunos afirmar conhecimento sobre as atribuições dos membros do poder executivo nas esferas federal, estadual e municipal, verificou-se que nenhum dos alunos ao justificar sua resposta acertou as atribuições de todos eles.

Assim, não foi possível confirmar a quinta hipótese do trabalho (H₅: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Executivo federal, estadual e municipal).

A questão 4 (Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/ Distritais, Federais e Senadores?) buscou identificar quantos alunos tinham conhecimento sobre as atividades dos membros do Poder Legislativo. Por meio da Tabela 4 é possível observar que 22 alunos responderam Sim e 17 responderam Não.

Tabela 4 - Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/ Distritais, Federais e Senadores?

	Sim	Não	Total
Turma manhã	11	5	16
Turma tarde	11	12	23
Total	22	17	39

Fonte: Elaborada pela autora

Pretendendo adquirir uma percepção mais aprofundada sobre o conhecimento dos alunos acerca do tema desta questão foi solicitado que os respondentes discorressem sobre

as funções dos membros do Poder legislativo municipal, estadual e federal. No Quadro 9, na sequência, pode-se observar as respostas emitidas pelos alunos A,B,C,D,E,F,G,H,I e J.

Quadro 9 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 4

“Vereadores fiscalizam o prefeito. Deputado estadual responsável por um estado específico enquanto federal por todos os estados do Brasil”. (Aluno A)	“Não sei”. (Aluno F)
“Não conheço atribuições para os senadores”. (Aluno B)	“Apenas algumas e nem sei se está certo”. (Aluno G)
“Eles teriam que ajudar a cidade, ver seus problemas e tentar resolver”. (Aluno C)	“Não sei o que são deputados e senadores, mas vereadores são pessoas que ajudam o prefeito”. (Aluno H)
“Acredito que eles trabalhem com leis porém também preciso estudar mais sobre o assunto”. (Aluno D)	“São eles que votam nas leis apresentadas pelos prefeitos, vereadores e presidentes”. (Aluno I)
“Eu sei mais ou menos um deles vai escrever as leis e os outros aprovar.”. (Aluno E)	“Não sei a respeito disso”. (Aluno J)

Fonte: Elaborado pela autora

Baseada nos dados obtidos, verifica-se que a sexta hipótese desta pesquisa (H₆: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Legislativo federal, estadual e municipal) também não pode ser confirmada, pois nenhum aluno conseguiu exprimir, ainda que sinteticamente, as atribuições dos vereadores, deputados estaduais/distritais, deputados federais e senadores.

Por meio da Tabela 5, nota-se que a questão 5 (Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão exercer?) recebeu 13 respostas Sim e 26 respostas Não.

Tabela 5 - Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão

	Sim	Não	Total
Turma manhã	7	9	16
Turma tarde	6	17	23
Total	13	26	39

Fonte: Elaborada pela autora

A questão 5, subjetiva, encerrou o questionário e teve por finalidade constatar se os alunos se sentiam capazes de escolher de forma criteriosa e responsável aqueles que seriam os seus representantes políticos no executivo e legislativo federal, estadual e municipal. A ideia era que os alunos olhassem para as perguntas anteriores e se perguntassem se estavam aptos a votar ou não.

Para complementar a resposta à esta questão foi também solicitado que os alunos apresentassem uma justificativa. Os comentários dos respondentes A,B,C,D,E,F,G,H,I e J estão elencados no Quadro 10.

Quadro 10 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 5

“Não, pois apesar de saber um pouco de política acaba sendo algo que necessita de procurar saber mais, além de sempre se manter informada coisas que muitas vezes não faço apesar de sempre pesquisar sobre candidatos em época de eleição”. (Aluno A)	“Acredito que não, pois existem muitos partidos, cada um com um conceito e propostas distintas, dificultando que possamos escolher de forma correta, e também, muitas nem conhecendo os candidatos”. (Aluno F)
“Não. Muitos candidatos não exercem as funções e prometem algo nas suas campanhas e não cumprem”. (Aluno B)	“Não de forma criteriosa”. (Aluno G)
“Não porque não procuro a fundo o que eles tem tanto a oferecer”. (Aluno C)	“Porque não me sinto preparada para uma responsabilidade dessas”. (Aluno H)
“Sim. Acho que votar para prefeito, vereador e presidente é mais fácil, consigo ser mais criteriosa a respeito desses cargos, porém acho difícil escolher os outros cargos”. (Aluno D)	“Sim mas eu acho q (sic) devemos escolher com cuidado e analisar a vida desta pessoa. Então devemos não so (sic) utilizar das propagandas

	eleitorais para saber sobre o candidato que votaremos”. (Aluno I)
“Sim eu escolho os que mais me agradam e me representa”. (Aluno E)	“Não sei nem o que significa as coisas anteriores, que dirá saber escolher um candidato”. (Aluno J)

Fonte: Elaborado pela autora

Diante do anteriormente exposto, conclui-se que a sétima hipótese do trabalho (H₇: Os estudantes conseguem realizar uma escolha criteriosa dos representantes políticos) foi parcialmente confirmada, visto ser uma questão de cunho subjetivo em que 13 alunos responderam Sim e 26 alunos responderam Não.

Na sequência, o Quadro 11 elucida o status das hipóteses que nortearam a avaliação diagnóstica sobre a organização dos Poderes do Estado brasileiro apresentada neste tópico.

Quadro 11 - Hipóteses que nortearam a avaliação diagnóstica

HIPÓTESE	STATUS
H ₃ : Os estudantes têm conhecimento sobre o sistema de separação dos Poderes no Brasil.	Confirmada parcialmente
H ₄ : Os estudantes têm ciência sobre a quantidade de Poderes da União.	Confirmada parcialmente
H ₅ : Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Executivo federal, estadual e municipal.	Não confirmada
H ₆ : Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Legislativo federal, estadual e municipal.	Não confirmada
H ₇ : Os estudantes conseguem realizar uma escolha criteriosa dos representantes políticos.	Confirmada parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora

5.3 Avaliação do produto educacional

Após a aplicação do produto educacional, o questionário que se encontra no Apêndice C foi novamente respondido por 15 alunos das turmas da manhã e 25 alunos da turma da tarde do curso de Assistente Administrativo. O conteúdo das questões era exatamente o mesmo da avaliação diagnóstica e tinha por objetivo verificar se os alunos

havia assimilado novos conhecimentos referentes à matéria de Organização dos Poderes no Brasil.

Na mesma ocasião, os mesmos discentes também realizaram uma redação com a temática “O que você aprendeu em sala de aula sobre a Organização dos Poderes no Brasil?” com a finalidade de complementar os dados obtidos com a aplicação do segundo questionário. Trechos das dissertações serão citados em quadros no decorrer deste tópico.

A primeira pergunta do questionário (Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?) possuía resposta dicotômica e obteve 40 respostas Sim e nenhuma resposta Não como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?

	Sim	Não	Total
Turma manhã	15	0	15
Turma tarde	25	0	25
Total	40	0	40

Fonte: Elaborada pela autora

Pode-se afirmar que houve uma melhora na percepção dos estudantes acerca do tema se comparado ao resultado obtido na avaliação diagnóstica. Afinal após a aplicação da sequência didática, todos os 40 respondentes do segundo questionário afirmaram conhecer o sistema de separação de Poderes no Brasil. Na avaliação diagnóstica que contava com 39 alunos, 4 deles afirmaram não conhecer.

Com amparo nos dados obtidos, a oitava hipótese do trabalho (H₈: Os estudantes têm conhecimento sobre o sistema de separação dos Poderes no Brasil) foi confirmada, visto que todos os alunos presentes responderam conhecer o sistema de separação dos Poderes no Brasil.

A segunda questão (A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?) apresentava três alternativas possíveis: 2 poderes, 3 poderes e 4 poderes.

Tabela 7 - A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?

	2 Poderes	3 Poderes	4 Poderes	Total
Turma manhã	0	15	0	15
Turma tarde	0	25	0	25
Total	0	40	0	40

Fonte: Elaborada pela autora

A seguir, encontra-se o Quadro 12 com trechos das redações dos alunos que tratam da separação dos Poderes da União.

Quadro 12 - Trechos das redações dos alunos sobre a separação dos Poderes da União

“Eu aprendi na sala com as explicações da professora e as apresentações dos trabalhos sobre os 3 poderes no Brasil: Legislativo, Judiciário, Executivo.	“O Brasil tem 3 poderes que se divide em executivo, legislativo e judiciário.”
“Sendo três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e suas atribuições”.	“Aprendi detalhadamente as funções nos três poderes”.

Fonte: Elaborado pela autora

Aqui também resta comprovada uma melhora quando comparados os resultados da avaliação diagnóstica com os da avaliação do produto educacional e a redação. Todos os estudantes, nesse segundo momento, afirmaram que a União está dividida em 3 poderes. Já na aplicação da avaliação diagnóstica que contava com 39 alunos na ocasião, 4 deles assinalaram alternativas erradas.

Respalhada pelas respostas à questão 2, pode-se confirmar a nona hipótese do trabalho (H_9 : Os estudantes têm ciência sobre a quantidade de Poderes da União), dado que todos os 40 alunos assinalaram a alternativa correta.

A questão 3 (Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?) obteve 40 respostas Sim e nenhuma resposta Não, conforme revela a Tabela 8.

Tabela 8 - Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?

	Sim	Não	Total
Turma manhã	15	0	15
Turma tarde	25	0	23
Total	40	0	40

Fonte: Elaborado pela autora

Nesta questão foi inserido um espaço para justificativa e 33 alunos explicaram corretamente as incumbências do Presidente, Governador e Prefeito. Apenas 4 alunos preencheram com informações incorretas e 3 alunos não preencheram este campo. O Quadro 13 apresenta os comentários dos alunos A, B, C, D, E, F, G, H, I e J para a questão.

Quadro 13 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 3

“Presidente da República: Responsável pela execução das leis em âmbito federal sendo ele o responsável por isso. Governador: possui basicamente a mesma função do Presidente só que não é responsável pela Federação e sim por um estado ou o Distrito Federal. Prefeito: assim como os anteriores o prefeito é responsável por executar as leis do município que governa”. (Aluno A)	“O presidente toma conta de um país e executa as leis que o poder legislativo criou para a Federação. O governador governa o Estado, como SP, RJ, executam as leis que o Poder Legislativo cria. O prefeito toma conta de uma cidade e executa as leis que os vereadores aprovam”. (Aluno F)
“Presidente: executam as leis e projetos no país. Governador: executam as leis e projetos no estado. Prefeito: executam as leis e projetos municipais”. (Aluno B)	“Presidente, governador e prefeito são o poder executivo, eles executam as leis que são criadas pelo legislativo”. (Aluno G)
“Presidente é o maior cargo do país, onde também deve-se executar as leis da melhor forma, garantindo a toda nação, melhor qualidade de vida. Governador executa as leis do estado, garantindo o melhor para a população, buscando sempre recursos junto a outros poderes. O prefeito executa as leis do município, deve garantir saúde, educação para a população”. (Aluno C)	“Presidente executa as leis e administra o país. Governador executa as leis dos estados e prefeito executa as leis dos municípios”. (Aluno H)
“Presidente da República: Faz girar as leis, isto é, as executa, tipo cobrança de tributos e administra a nível nacional. Ele também é responsável por nomear ministros. Governador: Bem com o presidente, o governador executa as atividades acima citadas, porém a nível estadual. Este nomeia secretários estaduais para ajudar. Prefeito: assim como o presidente e o governador, o prefeito executa as	“O presidente controla e administra o país, os governadores o estado e o prefeito cuida das cidades com as leis criadas pelos vereadores”. (Aluno I)

tarefas de administrar e executar a nível municipal”. (Aluno D)	
“O presidente cuida da administração do país e executa leis e toma decisões como declarar guerra. O governador administra o estado. O prefeito administra a cidade e faz reformas, hospitais, creches e escolas no município.”. (Aluno E)	“Eles tem os mesmos poderes, só que abrangem áreas maiores conforme o cargo exercido”. (Aluno J)

Fonte: Elaborado pela autora

A seguir tem-se o Quadro 14 com trechos das redações dos alunos que tratam do Poder Executivo.

Quadro 14 - Trechos das redações dos alunos que tratam do Poder Executivo

“Dentro do Poder Executivo temos 3 principais cargos que são eleitos a cada 4 anos: prefeito (municipal), governador (estadual) e presidente (federal). Eles precisam executar as leis do legislativo”.	“O Executivo como o nome diz vai executar as leis e aí está o presidente, governador e prefeitos.”
“Nomear secretários municipais, secretários estaduais e ministros é atribuição respectivamente de prefeito, governador e presidente da república, é responsabilidade do executivo. Além de promover a cobrança de tributos e administrar na sua esfera”.	“Os membros do executivo tem várias atribuições mas as mais importante são administrar e executar as leis”.

Fonte: Elaborado pela autora

Ao confrontar os dados dos dois questionários no tocante à questão 3 resta evidente que novos conhecimentos foram agregados aos estudantes. No primeiro questionário, 27 alunos afirmaram conhecer as funções do Executivo e 12 alunos afirmaram não conhecer. No segundo questionário, 40 alunos afirmaram saber quais são as atribuições dos membros do Poder Executivo e tomando como base as justificativas apresentadas pelos mesmos alunos (A, B, C, D, E, F, G, H, I e J) nesses dois momentos pode-se vislumbrar uma melhora no entendimento desses respondentes acerca do tema abordado.

A análise das respostas e da redação permite confirmar parcialmente a décima hipótese (H_{10} : Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Executivo federal, estadual e municipal) deste trabalho.

A quarta questão (Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores?) permitia avaliar quantos alunos tinham conhecimento sobre as atividades dos membros do Poder Legislativo. A Tabela 9, na sequência, aponta que 34 alunos responderam Sim e 6 responderam Não.

Tabela 9 - Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores?

	Sim	Não	Total
Turma manhã	15	0	15
Turma tarde	19	6	25
Total	34	6	40

Fonte: Elaborada pela autora

Com o fim de realizar uma análise mais apurada sobre o conhecimento dos estudantes quanto à questão 4 foi solicitado que os respondentes discorressem sobre o assunto e apesar de 34 alunos afirmarem entendimento sobre as funções dos membros do Poder legislativo municipal, estadual e federal, somente 29 responderam corretamente. Dois alunos que assinalaram a alternativa Sim não preencheram o campo de justificativa e 3 alunos que assinalaram Sim não souberam responder corretamente a questão. No Quadro 15 pode-se observar os comentários emitidos pelos alunos A, B, C, D, E, F, G, H, I e J.

Quadro 15 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 4

“Todos eles são membros do poder legislativo e devem criar leis de acordo com seu cargo. Vereadores no município, deputado estadual para um estado, deputado federal e senador lei nacional”. (Aluno A)	“O vereador cria leis no âmbito municipal, fiscaliza o poder executivo, atende os pedidos da população. O deputado estadual cria leis nos estados e os deputados federais e senadores na federação para o executivo colocar em prática”. (Aluno F)
---	--

“Vereadores - Criam projetos e leis municipais para o executivo municipal. Deputado estadual- cria leis para o estado. Deputado federal – cria leis para o país. Senador- criam projetos e leis para país e presidente executar”. (Aluno B)	“Eles tem como atribuição criar leis para o executivo”. (Aluno G)
“Vereador representa os interesses da população perante o poder público para criar lei. Deputado federal tem poder de legislar e fiscalizar, propor leis. Deputado estadual devem propor leis estaduais e fiscaliza o governador. Senador compõe o parlamento fazendo lei”. (Aluno C)	“Vereador faz leis e projetos na esfera municipal. Deputado estadual faz leis e projetos em esfera estadual. Deputado federal faz leis e projeto em esfera federal (união). Senador aprova ou desaprova leis em esfera federal e julga presidente”. (Aluno H)
“Vereador: responsável por criar leis do município. Deputado estadual: responsável pela criação de leis em um estado Deputado federal: responsável pela criação de leis em âmbito federal junto com os senadores. Senador: responsável juntamente com os deputados federais pelas leis da federação como um todo e são eles que fazem o julgamento do presidente se necessário”. (Aluno D)	“Criar leis e projetos, dentre outra coisas”. (Aluno I)
“Vereador cria leis para o benefício de seu município, onde o prefeito executará. Deputados criam lei para o povo, porém federal é para país todo já o estadual somente nos estados. Senador cria leis nacional”. (Aluno E)	“A principal função deles é cuidar do desenvolvimento dos municípios e do estado em geral”. (Aluno J)

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 16 evidencia trechos das redações dos alunos que tratam do Poder Legislativo.

Quadro 16 - Trechos das redações dos alunos que tratam do Poder Legislativo

“Visando discutir e criar leis está o poder legislativo a nível nacional, estadual e municipal, com os cargos de deputados, vereadores e senadores”.	“No poder legislativo temos 4 principais cargos que são votados a cada 4 anos, deputados estadual (estados), deputado federal (união), vereador (município) e senador (federal). Embora todos os
--	--

	cargos sejam eleitos a cada 4 anos os senadores permanecem no poder durante 8 anos.”
“Em que o legislativo que cria as leis com os deputados estaduais, federais, vereadores e senador”.	“... saber se cada um está exercendo corretamente o seu papel dentro de sua função, como os vereadores, deputados e senadores que devem legislar, ou seja, criar leis”.

Fonte: Elaborado pela autora

A comparação dos dados obtidos no primeiro e no segundo questionário e a análise das redações permite dizer que houve uma melhora significativa na percepção dos alunos sobre o tema das atribuições do Poder Legislativo. No diagnóstico inicial 22 alunos afirmaram conhecer o assunto e 17 afirmaram desconhecer. No segundo questionário houve um incremento no número de alunos que afirmam saber sobre o tema passando a 36 alunos; 4 estudantes afirmaram desconhecer as atribuições do Legislativo. Esta melhora fica ainda mais perceptível quando se observa as justificativas dos mesmos alunos (A, B, C, D, E, F, G, H, I e J) nos diferentes momentos e os trechos das redações acima apresentados.

Os dados exibidos acima permitem confirmar parcialmente a décima primeira hipótese desta pesquisa (H₁₁: Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Legislativo federal, estadual e municipal).

Subsequentemente são apresentados os resultados referentes a questão 5 (Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão exercer?) na Tabela 10, com 30 respostas Sim e 10 respostas Não.

Tabela 10 - Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão

	Sim	Não	Total
Turma manhã	13	2	15
Turma tarde	17	8	25
Total	30	10	40

Fonte: Elaborada pela autora

Para complementar a resposta à esta questão foi solicitado que os alunos emitissem uma justificativa. Os comentários dos respondentes A, B, C, D, E, F, G, H, I e J estão elencados no Quadro 17.

Quadro 17 - Justificativa das respostas dos alunos à questão 5

“Sim porque durante a aula foi possível compreender de forma mais específica as atribuições de todos os poderes da união. Ao sabermos isso somos capazes de tenta procurar o melhor candidato”. (Aluno A)	“Acredito que não, pois existem muitos partidos, cada um com um conceito e propostas distintas, dificultando que possamos escolher de forma correta, e também, muitas nem conhecendo os candidatos”. (Aluno F)
“Para escolhermos corretamente precisamos entender o propósito e a função de cada um, precisamos também saber da vida dos candidatos e seus estudos e as aula ajudou nisso”. (Aluno B)	“Eu não saberia escolher nenhum político para me representar pois eu não confio em nenhum deles”. (Aluno G)
“Eu acredito que sim por entender melhor como funciona agora”. (Aluno C)	“Creio que não porque os conhecimentos passados em sala de aula ajudou-me a organizar as ideias e chegar a conclusão que é muito difícil escolher alguém que melhor te represente”. (Aluno H)
“Sim, pois eu entendo o que são suas funções e o que eles deveriam exercer em relação aos seus devidos cargos”. (Aluno D)	“Sim pois ganhei novos conhecimentos e ficar informado ajuda muito na hora de votar”. (Aluno I)
“Eu consigo escolher de forma criteriosa e de acordo com o que acredito ser mais certo”. (Aluno E)	“Sim é só estudar o candidato político para temos a certeza se suas idéias são a mesma que você está pensando”. (Aluno J)

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 18 pode-se verificar trechos das redações dos alunos que tratam da escolha dos candidatos.

Quadro 18 - Trechos das redações dos alunos sobre a escolha dos candidatos

“Entendemos que cada voto tem o seu valor. Devemos votar em candidatos qualificados para que os mesmo possam nos representar de forma correta”.	“Vi que mesmo que cada função não exija um ensino superior, devemos escolher de forma criteriosa cada um, vendo qual seu histórico político, quais suas metas para aquele governo. Devemos colocar a melhor pessoa, para que depois, não sofram com uma escolha errada.”
“As pessoas deveriam ter mais informações sobre quem estamos escolhendo para nos liderar, hoje a maioria dos nossos políticos não tem sequer uma formação acadêmica e colocamos eles lá dentro para cuidar de algo tão importante.”	“Além de tirar dúvidas sobre o que o eleitor pode cobrar de cada candidato eleito; podendo este por sua vez vota com consciência cada candidato”.
“Deveria ser obrigatório ensinar nas escolas, cada atribuição de cada poder, para que as pessoas não escolham de forma errada.”	“... em relação aos candidatos políticos para representar o seu devido cargo, vi que muitos não tem curso, ou algum conhecimento específico sobre o assunto que vai trabalhar”.

Fonte: Elaborada pela autora

Uma análise comparativa entre os dois questionários aplicados com os estudantes permite dizer que após a aplicação da sequência mais alunos se sentem aptos a realizar uma escolha criteriosa na hora de votar. No questionário inicial, dos 39 estudantes apenas 13 deles se diziam capazes de realizar uma boa escolha durante o período eleitoral. O segundo questionário que teve 40 respondentes aponta que 30 alunos após a aplicação da sequência didática se acham capazes de escolher seus representantes com segurança. As justificativas apontadas pelos respondentes (A, B, C, D, E, F, G, H, I e J) seguidas pelos trechos da redação de alguns respondentes vem conjuntamente ratificar essa conclusão.

A décima segunda hipótese do trabalho (H_{12} : Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal segundo as funções que os mesmos deverão exercer?) foi parcialmente confirmada diante de todo o anteriormente exposto.

O Quadro 19, apresentado a seguir, elucida o status das hipóteses que nortearam a avaliação do produto educacional apresentada neste tópico.

Quadro 19 - Hipóteses que nortearam a avaliação do produto educacional

HIPÓTESE	STATUS
H ₈ : Os estudantes têm conhecimento sobre o sistema de separação dos Poderes no Brasil.	Confirmada
H ₉ : Os estudantes têm ciência sobre a quantidade de Poderes da União.	Confirmada
H ₁₀ : Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Executivo federal, estadual e municipal.	Confirmada parcialmente
H ₁₁ : Os estudantes têm conhecimento sobre as atribuições dos membros do Poder Legislativo federal, estadual e municipal.	Confirmada parcialmente
H ₁₂ : Os estudantes conseguem realizar uma escolha criteriosa dos representantes políticos.	Confirmada parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação de que os alunos de um curso de aprendizagem industrial tinham pouco ou quase nenhum conhecimento sobre a Organização dos Poderes no Brasil foi o gatilho para a construção desta pesquisa. Foi possível verificar, por meio de uma redação proposta aos discentes, que a quase totalidade das duas turmas de aprendizes não conseguia aferir com segurança sobre a tripartição dos poderes e mais especificamente sobre as atribuições daqueles que são escolhidos pelo voto para assumirem as posições de Presidente da República, Governador do estado, Prefeito municipal, Vereador, Deputado estadual, Deputado federal e Senador.

Baseado nessa dificuldade concreta buscou-se construir um produto educacional que contribuísse para uma formação integral, onde estivessem alinhadas as dimensões técnica e humana.

Assim, traçada como objetivo geral houve a criação de uma sequência didática, visando à formação integral dos alunos, que contemplou de forma integrada os componentes curriculares Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos, sobre a temática da organização dos Poderes do Estado brasileiro. Objetivo este concluído, com aplicação do produto educacional com duas turmas de curso de aprendizagem industrial, conforme pode-se depreender do disposto no capítulo 4 deste trabalho.

Objetivos específicos foram desenhados para atingimento do objetivo geral. O primeiro deles diz respeito a análise do plano de curso de Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo no que concerne à cidadania. Essa verificação foi empreendida sem delongas visto que este documento não se atenta a este debate.

O segundo objetivo específico era elementar para o andamento desta pesquisa e empreendeu a realização de um questionário diagnóstico, aplicado com os discentes do curso de aprendizagem, com a finalidade de avaliar o grau de conhecimento sobre a organização política do Estado brasileiro.

A elaboração de uma sequência didática que integrasse os componentes curriculares, Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos, sobre a temática da organização dos Poderes do Estado brasileiro correu sem dificuldades, uma vez que a pesquisadora é docente de ambos componentes no curso de aprendizagem objeto do estudo. Contudo, durante a aplicação da sequência didática, a infraestrutura da escola, especificamente da sala de informática que contava com poucos

computadores, foi manifestada como um fator de limitação ao desenvolvimento do trabalho. Felizmente a disponibilidade de tempo e o empenho dos alunos possibilitou vencer essa barreira com tranquilidade.

No que tange ao último objetivo específico, a avaliação da sequência didática, pode-se dizer que foi alcançado com a realização do segundo questionário e da redação executada pelos aprendizes em sala de aula. Ainda que desenvolvida uma pesquisa participante com amostragem reduzida, o rigor metodológico visou reduzir eventuais vieses.

Assim, a análise e discussão dos dados obtidos por meio dos questionários e da redação permitem deduzir que o produto educacional conseguiu colaborar para a formação integral dos aprendizes do curso de Assistente Administrativo porque abordou conceitos técnicos da área administrativa concatenados à temática da Organização dos Poderes no Brasil. Deste modo, calcado na integração curricular foi capaz de transmitir conhecimentos na dimensão técnica e humana, preparando os alunos para o exercício da cidadania, para a vida.

Os alunos que participaram desta pesquisa compreenderam a importância da temática objeto deste estudo. Refletiram e apontaram em suas redações a relevância de conhecer a Organização dos Poderes do estado brasileiro e especificamente as atribuições daqueles que exercerão um cargo público como representantes do povo. Só assim poderão escolher e votar de forma criteriosa e fundamentada.

Posto isto, não há dúvida de que a formação política é primordial para a autonomia e emancipação desses jovens. Ao compreenderem os ditames da sociedade em que vivem poderão agir como agentes de transformação da própria realidade.

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas [...] proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. (BRASIL, 2018, p. 463).

A sequência didática pode ser empregada em outros cursos na educação profissional e acredita-se que possa contribuir com todos aqueles que operam na EPT, sempre cuidando das diferentes especificidades e realidades escolares.

A pesquisa em tela não pretendeu exaurir todas as perspectivas frente ao tema, porém acredita-se no seu potencial como um possível modelo de ação para outros pesquisadores. Ademais, outras abordagens poderiam ter sido tomadas como, por

exemplo, esclarecer o funcionamento do Poder Judiciário e quais são seus membros. Neste sentido, tanto pela vastidão quanto pela relevância do assunto se abre um grande leque de possibilidades para o estudo de outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

AIRES, Joanez A. **Integração Curricular e Interdisciplinaridade**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 215-230, jan./abr., 2011. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/9930/11573>

ANTOLOGIA POÉTICA DE BERTOLT BRECHT. **Cultura Brasileira**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/antologia-poetica-de-bertolt-brecht/> Acesso em 03 jun. de 2019.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEANE, James. A. **Integração Curricular: a concepção do núcleo da educação democrática**. Lisboa: Didática Editora, 2002.

BERTRAND, Y. **Teorias contemporâneas da educação**. 2ª. ed. Lisboa: Horizontes pedagógicos, 2001

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. p. 7. Texto de José Luis Quadros de Magalhães.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: fev. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Aprovado em 09 de maio de 2012. Publicado no D.O.U em 04/09/2012, seção 1 pág. 98.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série): Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: pluralidade cultural.** Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio): Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Brasília: MEC/SEF, 2000.

BROCHADO, M. **ÉTICA E AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, POLÍTICA E CIDADANIA.** Cad. Esc. Legisl, Belo Horizonte, v. 12, p. 57-82, julho/dezembro 2010.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação.** Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>>. Acesso em: 16 maio de 2019.

CRUZ, Cássia Regina Souza da; ROCHA, Daniela Falcão. **Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada – Aprendizagem Industrial – Assistente Administrativo .** SENAI-SP, São Paulo, 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; & PERNAMBUCO, M. M. (2011). **Ensino de ciências fundamentos e métodos.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DELIZOICOV, D. **Problemas e Problematisações.** In: PIETROCOLA, M. (org.). **Ensino de Física? Conteúdo, metodologia e epistemologia numa concepção integradora.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire .**São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa –** 54ª ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Política e educação : ensaios.** 5. ed. - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

FRIGOTTO, Gaudêncio, et. al. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.** São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados.** Rio de Janeiro. 2008.

Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/32899220/Frigott-EM-Projeto-Societ>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

FRIGOTTO, G.; LIMA ARAÚJO, R. M. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Educação em questão, Natal, v. 52, p. 61-80, 2015.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez. 1988.

_____. **O ensino médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. v. 21, n.70, Ed. Soc, 2000.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática**. São Paulo, Heccus, 2013.

LÜDKE, M.; André, M. E. D. A. (1986). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária.

MAGALHÃES, F. P. **Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional: reflexões, análises e possibilidades**. Pelotas: 358f. 2011 Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Universidade Católica de Pelotas.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, E. **A Escola unitária de Antonio Gramsci**. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n13/artigo6.pdf>>. Acesso em 10 de jun de 2019.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIELZYNSKA, Jadwiga. **A construção e a aplicação de questionários na pesquisa em Ciências Sociais**. Revista do Programa de estudos pós-graduados PUCSP, São Paulo, v. 6, p.1-21, 1º sem.1998.

MORAES, Eliane de Fátima Robaino Marques de. **A importância da introdução de disciplinas jurídicas no Ensino Médio**. Xaxim, Santa Catarina. Revista Magistro, 2013 Vol. 8 n.2 p. 27-45.

MOURA, Dante Henrique. **A Relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, Sept. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2020.

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração**. Holos, Natal, v. 2, n. 23, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes** – Introdução, tradução e notas de Pedro Vieira Mota. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bressanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o Desenvolvimento local**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003. Disponível em: https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz_augusto_caldas_pereira.pdf >Acesso em: 01 jul. 2017.

PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. **Direito Constitucional: da organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições** – 17. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018. – (Coleção Sinopses Jurídicas; v.18).

PIRES, L. L. A. Educação Tecnológica e Formação Profissional no contexto atual e o PNE 2011- 2020. In: **Avaliação e Perspectivas. Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**./Organizador Luiz Fernandes Dourado. – 2. ed. – Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri, São Paulo: Nova Cultural, 2004.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **Noções de Política e Cidadania no Brasil** - Brasília : DIAP, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul. 2002. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200009&lng=pt&nrm=iso>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (et al.) **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**, 33^a. Ed. Campinas, Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEVERT, G. L. **Educação profissional: legislação e história**. In: XII Congresso Nacional de Educação, Educere, 2015, Curitiba.

SIMÃO, Kátia de Mello. **Proposta de sequência didática para o ensino de responsabilidade social em cursos técnicos**, 2014. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância (LED) UFSC, 2000.

SILVA, José Afonso. **Direito Constitucional Positivo**. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

TEXTOS. **Recanto das Letras**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/humor/2723050> . Acesso em 03 jun. de 2019.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A – TERMOS DE ASSENTIMENTO E DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ALUNOS MENORES DE 18 ANOS

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa Integração curricular em um Curso de Aprendizagem Industrial: desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a Organização dos Poderes no Brasil. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Trata-se de uma dissertação de mestrado profissional, desenvolvida por mim, Priscila Martins da Silva, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT da Instituto Federal de Ciência e Tecnologia – IFSP – Campus Sertãozinho, e orientado pela Profª Drª Amanda Ribeiro Vieira. O objetivo deste estudo é averiguar o conhecimento dos aprendizes acerca da Organização Política do Estado Brasileiro. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas de questionários escritos. Os dados coletados serão muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa e a participação do aluno(a) é de extrema importância, porém não é obrigatória e a qualquer momento ele/ela poderá recusar-se a participar. Esclarecemos que os riscos são mínimos e dizem respeito a algum incômodo que porventura alguma das perguntas dos questionários possa causar, visto que as informações tratadas são sobre experiências pessoais dos participantes. A qualquer sinal de indisposição, desinteresse ou recusa, não contaremos mais com o aluno(a) como sujeito da pesquisa e sua recusa não acarretará em nenhum prejuízo. Os benefícios relacionados com a sua participação são de compartilhar a sua experiência e conhecimentos, a fim de fornecer subsídios para a elaboração e posterior avaliação de uma sequência didática.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. A confidencialidade e o anonimato estão garantidos, ou seja, nomes e/ou mais informações pessoais não aparecerão na pesquisa. Você receberá uma cópia deste termo onde constam o endereço, telefone e o e-mail do pesquisador, e poderá tirar suas dúvidas sobre o assunto em qualquer momento do desenvolvimento do trabalho.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nuporanga, ____ de _____ de 2019

Assinatura

PROFª DRª AMANDA RIBEIRO VIEIRA
Orientadora
E-mail: avieira@ifsp.edu.br
Rua Américo Ambrósio, 269, Jd. Canaã, Sertãozinho/SP
Telefone: (16) 3946-1170 (Diretora Adjunta Acadêmica)

PRISCILA MARTINS DA SILVA
Estudante de Pós-Graduação
E-mail: priscilamsilva.alisp@gmail.com
Rua São Sebastião, 1017, Rib. Preto/SP
Telefone: (16) 994231827

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Pedro Vicente, 625 Canindé – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3775-4569
E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Seu (sua) filho (a).....
está sendo convidado(a) para participar da pesquisa Integração curricular em um Curso de Aprendizagem Industrial: desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a Organização dos Poderes no Brasil.

Trata-se de uma dissertação de mestrado profissional, desenvolvida por mim, Priscila Martins da Silva, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT da Instituto Federal de Ciência e Tecnologia – IFSP – Campus Sertãozinho, e orientado pela Profª Drª Amanda Ribeiro Vieira. O objetivo deste estudo é averiguar o conhecimento dos aprendizes acerca da Organização Política do Estado Brasileiro. A participação de seu filho(a) nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas de questionários escritos. Os dados coletados serão muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa e a participação do aluno(a) é de extrema importância, porém não é obrigatória e a qualquer momento ele/ela poderá recusar-se a participar. Esclarecemos que os riscos são mínimos e dizem respeito a algum incômodo que porventura alguma das perguntas dos questionários possa causar, visto que as informações tratadas são sobre experiências pessoais dos participantes. A qualquer sinal de indisposição, desinteresse ou recusa, não contaremos mais com o aluno(a) como sujeito da pesquisa e sua recusa não acarretará em nenhum prejuízo. Os benefícios relacionados com a participação do aluno(a) são de compartilhar a sua experiência e conhecimentos, a fim de fornecer subsídios para a elaboração e posterior avaliação de uma sequência didática.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. A confidencialidade e o anonimato estão garantidos, ou seja, nomes e/ou mais informações pessoais não aparecerão na pesquisa. Você receberá uma cópia deste termo onde constam o endereço, telefone e o e-mail do pesquisador, e poderá tirar suas dúvidas sobre o assunto em qualquer momento do desenvolvimento do trabalho.

PROFª DRª AMANDA RIBEIRO VIEIRA
Orientadora
E-mail: avieira@ifsp.edu.br
Rua Américo Ambrósio, 269, Jd. Canaã, Sertãozinho/SP
Telefone: (16) 3946-1170 (Diretora Adjunta Acadêmica)

PRISCILA MARTINS DA SILVA
Estudante de Pós-Graduação
E-mail: priscilamsilva.alisp@gmail.com
Rua São Sebastião, 1017, Rib. Preto/SP
Telefone: (16) 994231827

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Pedro Vicente, 625 Canindé – São Paulo/SP

Telefone: (11) 3775-4569

E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do meu filho na pesquisa e concordo com sua participação.

Nuporanga, ____ de _____ de 2019

Assinatura

Nome:

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ALUNOS MAIORES DE 18 ANOS

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa Integração curricular em um Curso de Aprendizagem Industrial: desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática sobre a Organização dos Poderes no Brasil. Trata-se de uma dissertação de mestrado profissional, desenvolvida por mim, Priscila Martins da Silva, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT da Instituto Federal de Ciência e Tecnologia – IFSP – Campus Sertãozinho, e orientado pela Profª Drª Amanda Ribeiro Vieira. O objetivo deste estudo é averiguar o conhecimento dos aprendizes acerca da Organização Política do Estado Brasileiro. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas de questionários escritos. Os dados coletados serão muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa e a participação do aluno(a) é de extrema importância, porém não é obrigatória e a qualquer momento ele/ela poderá recusar-se a participar. Esclarecemos que os riscos são mínimos e dizem respeito a algum incômodo que porventura alguma das perguntas dos questionários possa causar, visto que as informações tratadas são sobre experiências pessoais dos participantes. A qualquer sinal de indisposição, desinteresse ou recusa, não contaremos mais com o aluno(a) como sujeito da pesquisa e sua recusa não acarretará em nenhum prejuízo. Os benefícios relacionados com a sua participação são de compartilhar a sua experiência e conhecimentos, a fim de fornecer subsídios para a elaboração e posterior avaliação de uma sequência didática.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. A confidencialidade e o anonimato estão garantidos, ou seja, nomes e/ou mais informações pessoais não aparecerão na pesquisa. Você receberá uma cópia deste termo onde constam o endereço, telefone e o e-mail do pesquisador, e poderá tirar suas dúvidas sobre o assunto em qualquer momento do desenvolvimento do trabalho.

PROFª DRª AMANDA RIBEIRO VIEIRA
Orientadora
E-mail: avieira@ifsp.edu.br
Rua Américo Ambrósio, 269, Jd. Canaã, Sertãozinho/SP
Telefone: (16) 3946-1170 (Diretora Adjunta Acadêmica)

PRISCILA MARTINS DA SILVA
Estudante de Pós-Graduação
E-mail: priscilamsilva.alisp@gmail.com
Rua São Sebastião, 1017, Rib. Preto/SP
Telefone: (16) 994231827

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Pedro Vicente, 625 Canindé – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3775-4569
E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nuporanga, ____ de _____ de 2019

Assinatura
Nome: _____

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DOS
CONHECIMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL**

1. Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?
☐ sim
☐ não

2. A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?
☐ 2 Poderes
☐ 3 Poderes
☐ 4 Poderes

3. Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?
☐ sim
☐ não

- Discorra sobre isso:

4. Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores?
☐ sim
☐ não

- Discorra sobre isso:

5. Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal?
☐ sim
☐ não

Justifique:

APÊNDICE D - PRODUTO EDUCACIONAL



Sequência Didática

Organização Dos Poderes Do Estado Brasileiro em um Curso de Aprendizagem Industrial na Área Administrativa

Ms. Priscila Martins da Silva

Dra. Amanda Ribeiro Vieira

Sequência Didática

Organização Dos Poderes Do Estado Brasileiro em um Curso de Aprendizagem Industrial na Área Administrativa

Ms.Priscila Martins da Silva

Dra.Amanda Ribeiro Vieira



Sertãozinho, 2020.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Ms. Priscila Martins da Silva
Autora
Dra. Amanda Ribeiro Vieira
Orientadora

Micael Martins da Silva
Projeto Gráfico e diagramação

Ficha catalográfica

Silva, Priscila Martins da

Sequência didática: organização dos poderes do estado brasileiro em um curso de aprendizagem industrial na área administrativa / Priscila Martins da Silva -- Sertãozinho - SP, 2020. 33 p.; il.: color.

Orientador: Profa. Dra. Amanda Ribeiro Vieira

Produto educacional (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Sertãozinho, 2020.

1. Produto educacional. 2. Sequência didática. 3. Ensino. 4. Organização dos poderes no Brasil. 5. Formação integral - EPT. I. Vieira, Amanda Ribeiro. II. Título.

Catálogo na publicação: Gisele Machado da Silva – CRB 8/8554

Este documento é interativo: além do sumário, você poderá acessar as referências de artigos e documentos com um clique quando encontrar esse ícone:





SUMÁRIO

<u>04</u>	<u>APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</u>	<u>DESCRITIVO DE CARGOS E SALÁRIOS</u>	<u>19</u>
<u>05</u>	<u>PROGRAMA DE APRENDIZAGEM</u>	<u>PESQUISA EM SITES INSTITUCIONAIS</u>	<u>21</u>
<u>08</u>	<u>SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO</u>	<u>DESCRITIVO DE CARGOS E SALÁRIOS ELABORADO PELOS DISCENTES</u>	<u>24</u>
<u>10</u>	<u>CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>25</u>
<u>13</u>	<u>CIDADANIA E ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO</u>	<u>AGRADECIMENTOS</u>	<u>26</u>
		<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>28</u>
		<u>ANEXO - QUESTIONÁRIO</u>	<u>29</u>

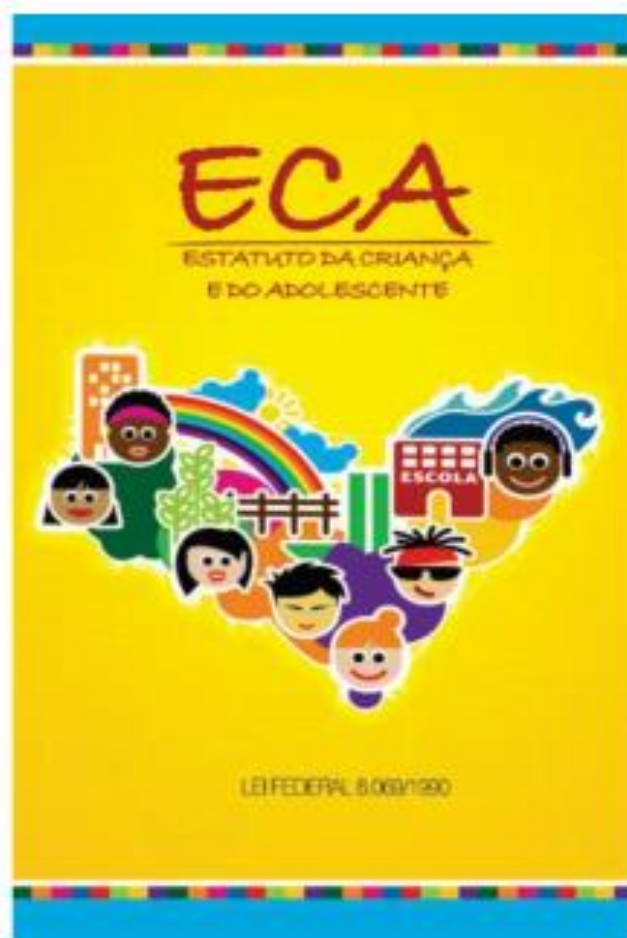
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



O produto educacional a seguir retratado refere-se a uma sequência didática dividida em 5 etapas e composta por 14 aulas sobre a Organização dos Poderes do estado brasileiro, com vistas a ser aplicada em cursos de Aprendizagem na área administrativa.

Por definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 62), a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor e implementada através de um contrato de aprendizagem.

Refere-se a lei acima:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069compilado.htm



PROGRAMA DE APRENDIZAGEM



CLT

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação."

Refere-se a lei acima:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art428

O programa de aprendizagem abrange a realização de atividades teóricas que deverão ser desenvolvidas na entidade formadora, sob orientação desta. Já as atividades práticas poderão ser desenvolvidas na empresa ou na entidade formadora, conforme o caso. Em todo caso é necessário o plano de curso para compatibilizar o desenvolvimento da prática à teoria ministrada.

Mais sobre Programa de Aprendizagem:
<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinke.php?numlink=1-94-29-2007-12-13-615>

**PROGRAMA
DE APRENDIZAGEM**

O Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional – CONAP ([disponível em: http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Aprendizagem/conap-setembro-2019.pdf](http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Aprendizagem/conap-setembro-2019.pdf)) relembra as atividades realizadas pelo jovem aprendiz, especifica os 1 requisitos 1 especiais de idade e

escolaridade para o exercício da ocupação e indica a carga horária total do programa considerando o nível de complexidade técnica da ocupação. A figura a seguir apresenta um recorte dos cursos de aprendizagem na área administrativa.

CATÁLOGO NACIONAL DA APRENDIZAGEM – CONAP CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO			
Grande grupo/Família / Códigos CBO	Perfil do Aprendiz	Carga Horária Total do Programa	Perfil de formação profissional (Descrição CBO)
Agentes, assistentes e auxiliares administrativos 411000 - Auxiliar de escritório 411010 - Assistente administrativa 411015 - Atendente judiciário 411020 - Auxiliar de judiciário 411025 - Auxiliar de cartório 411030 - Auxiliar de pessoal 411035 - Auxiliar de estatística 411040 - Auxiliar de seguros 411045 - Auxiliar de serviços de importação e exportação	14 a 24 anos	Mínimo - 800 horas e Máximo - 1200 horas teoria: a 400 horas e prática: a 400 horas e ≤ 800 horas	Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.
411050 - Agente de Microcrédito	18 a 24 anos		
Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados 412100 - Datilógrafo 412110 - Digitador 412115 - Operador de mensagens de telecomunicações (correios) 412120 - Supervisor de digitação e operação	14 a 24 anos	Mínimo - 800 horas e Máximo - 1200 horas teoria: a 400 horas e prática: a 400 horas e ≤ 800 horas	Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados; operam teleimpressoras e microcomputadores; registram e transcrevem informações; operando máquinas de escrever; atendem necessidades do cliente interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe e negociam serviço com cliente.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO



Visando contribuir para a formação integral dos aprendizes buscou-se elaborar uma sequência didática sobre a organização dos Poderes Legislativo e Executivo no Brasil a ser utilizada de forma integrada nas aulas das disciplinas de Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos de cursos de aprendizagem na área administrativa.

Abordando o tema Descritivo de Cargos e Salários, indispensável na grade de Recursos Humanos, procura-se aclarar as funções e atividades que competem aos seguintes cargos políticos: Presidente, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual/Distrital e Vereador.

Organização dos Poderes Executivo e Legislativo



A sequência didática está dividida em cinco momentos que estão apresentados na figura a seguir e esmiuçados ao longo deste.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

APRESENTADA EM NÚMERO DE AULAS

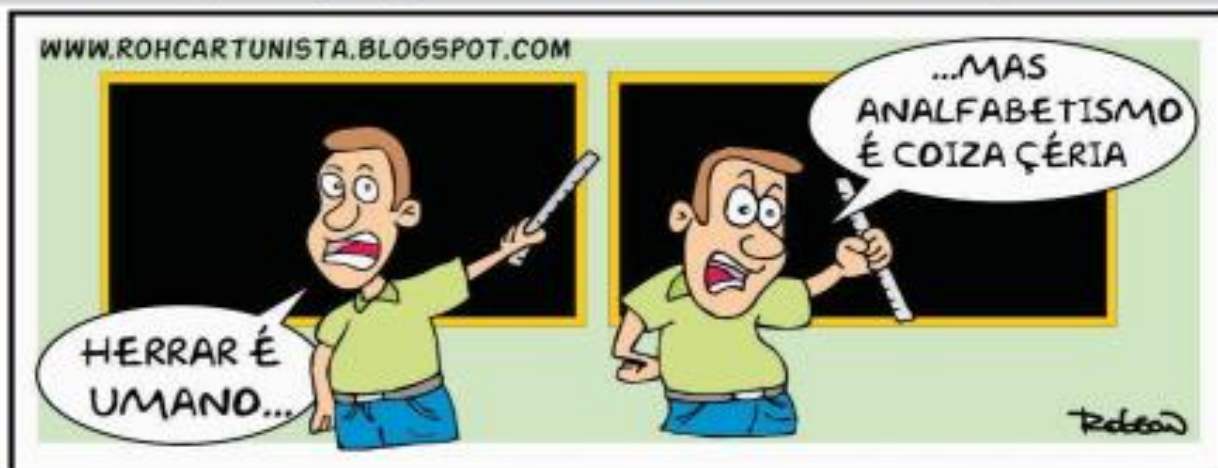


Fonte: Priscila Martins da Silva

1ª ETAPA – CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO



É indicado, antes do início da contextualização, a aplicação de uma avaliação diagnóstica inicial (questionário – modelo em anexo) para averiguar o grau de conhecimento dos alunos acerca da temática que será trabalhada.



Na abertura da primeira aula os alunos terão contato, por meio de folha impressa ou projeção em tela, com o texto disponível no site Recanto das Letras, descrito a seguir.

«De acordo com uma pesquisa de uma universidade inglesa, não importa em qual ordem as letras de uma palavra estão.

A única coisa importante é que a primeira e última letras estejam no lugar certo. O resto pode ser uma bagunça total, que você ainda pode ler sem problema. Isso é porque nós não lemos cada letra isolada, mas a palavra como um todo.» Sohw de bloa”.

Texto disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/humor/2723050>
Acesso em: 28 jun. 2019

Após leitura individualizada, será possível explicar para os alunos o que é analfabetismo e que dele derivam outras variações, como por exemplo os analfabetos políticos. Subsequentemente, aos alunos será distribuída cópia impressa do texto "O Analfabeto Político" de Bertolt Brecht. Nesse poema, o autor sustenta a tese de que o cidadão que se aliena das discussões políticas é o maior responsável pela vitória dos corruptos e dos maus políticos.

O analfabeto político
O pior analfabeto, é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, não participa dos
acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida,
O preço do feijão, do peixe, da farinha
Do aluguel, do sapato e do remédio

Depende das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro que
Se orgulha e estufa o peito dizendo que
odeia política.

Não sabe o imbecil,
Que da sua ignorância nasce a prostituta,
O menor abandonado,
O assaltante e o pior de todos os bandidos
Que é o político vigarista,
Pilantra, o corrupto e o lacaio
Das empresas nacionais e multinacionais.

Texto disponível em: <http://www.culturabrasil.org/antologia-poetica-de-bertolt-brecht/>. Acesso em: 28 jun. 2018.



Link da charge: <http://www.estadocidades.com.br/2013/07/analfabetismo-politico.html>

Após a apresentação e leitura compartilhada/colaborativa terá início uma "roda de conversa" sobre as situações abordadas no poema e como elas afetam nosso dia a dia.

Link da charge: <https://www.humorpolitico.com.br/admin/impunidade-afetada-ao-analfabetismo-politico/>



2ª ETAPA- CIDADANIA E ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO



Nesta etapa é importante que o professor traga ao conhecimento dos alunos alguns conceitos básicos necessários para os próximos momentos.

O que é Estado?

Estado, no sentido aqui pretendido, representa o povo, o território, o governo, os objetivos nacionais e a soberania, enfim, a Nação politicamente organizada; é o poder público em sentido amplo. Não se trata dos estados-membros ou das unidades da federação, como São Paulo, Bahia ou Mato Grosso, mas sim dos poderes, instituições e órgãos nacionais ou da União.

O que é Governo?

Governo é o conjunto de pessoas, investidas de autoridade, que, por intermédio das instituições políticas, exercem o poder político e determinam a orientação de uma sociedade. A participação política do povo,

não só nas eleições, e o interesse pela informação política são condições para aproximar os governos da vontade popular.



Quais são os fundamentos da República?

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Quais os objetivos do Estado Brasileiro?

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Os fundamentos e objetivos não se aplicam de maneira automática. O cidadão deve exigir dos governantes seu fiel cumprimento em caráter permanente, portanto, tanto no momento da eleição, quanto durante a vigência de seus mandatos.

Quais são os direitos sociais e por que nem todos têm acesso a eles?

Os direitos sociais, segundo o art. 6º da Constituição, incluem:

- a) a educação;
- b) a saúde;
- c) o trabalho;
- d) a moradia;
- e) o lazer;
- f) a segurança;
- g) a previdência social;
- h) a alimentação;
- i) a proteção à maternidade e à infância; e
- j) a assistência social.



A universalização desses direitos depende de vontade política dos governantes (presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, ministros, secretários de Estado, justiça federal e estadual) e, principalmente, da pressão do povo, que é quem deve definir as prioridades.

A vontade política deve ser um compromisso. Se não houver cobrança sobre os governantes passarão a ser prioritários temas pouco relevantes para a população. A escolha das pessoas certas pelo voto é fundamental para que esses direitos sejam plenamente garantidos a todos em nosso país.

O Estado dispõe de que poderes para cumprir sua missão?

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



O Estado por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é que tem os monopólios de legislar (fazer a lei), punir

(poder de polícia) e tributar (cobrar impostos, taxas e contribuições de todos). Ou seja, o Estado, por meio dos governantes e parlamentares, é quem administra os recursos, elabora e aplica as políticas públicas.

Como é estruturada a organização política brasileira?

A República Federativa do Brasil – formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal – do ponto de vista da organização política, adota o princípio da separação dos poderes em três níveis de governo (União, Estados e Municípios) e da separação funcional dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), conforme mostra o quadro a seguir. Os representantes dos poderes Executivo e Legislativo são eleitos por voto popular.

Poderes / Nível	Federal	Estadual	Municipal
Legislativo	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados – Deputados Federais e Senado Federal – Senadores)	Assembléia Legislativa (Deputados Estaduais)	Câmara Municipal (Vereadores)
Executivo	Presidente da República, Vice-Presidente e Ministros	Governador, Vice- Governador e Secretários	Prefeito, Vice- Prefeito e Secretariado
Judiciário	Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais e Juízes Federais	Tribunais e Juízes	Não há

Quem escolhe os governantes e parlamentares?

O povo, pelo voto direto da população. Segundo o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de

representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”.

A cada dois anos há eleições no Brasil. Uma no plano municipal (prefeitos e vereadores) e outra nacional e estadual (presidente, senador, deputado federal, governador e deputado estadual ou distrital).

Como sugestão de material explicativo destes conceitos temos:



Acesse em: http://www.ansb.org.br/nocoes_politica_cidadania_brasil.pdf

3ª ETAPA- DESCRITIVO DE CARGOS E SALÁRIOS



Apresentar, pormenorizadamente, aos alunos a ferramenta Descritivo de Cargos e Salários.

Uma descrição de cargos é...

A formalização, em documento escrito, das atribuições, responsabilidades e especificações dos requisitos de um cargo na organização.

A descrição deve ser mais clara e simples possível, pois é base para uma série de processos no RH.

O formato mais comum do Descritivo inclui o título do cargo, a missão, as atividades, a formação, a experiência exigida e o salário.

Temos a seguir um modelo básico desta ferramenta.

DESCRIÇÃO DE CARGO

Cargo: Chefe de Produção

Área: Industrial

Unidade: Campinas



Missão

Este cargo tem como missão principal a Área Industrial da empresa, a fim de garantir um fluxo operacional...

Atividades

Assegurar o cumprimento das metas estabelecidas, através do adequado entrosamento com todas as áreas da fábrica.

Avaliar as necessidades da produção, considerando a capacidade instalada e o "ticket" estabelecido.

Iniciar, recomendar ou providenciar soluções através de canais designados.

Formação

Desejável: Pós-Graduação completo

Mínima: Ensino superior completo

Área de estudo: Engenharia Industrial

Experiência

Experiência mínima de 9 anos na Área Industrial.

Acesse: <http://descricaodecargos.linkedrh.com.br/#undefined>



Logo após apresentar e sanar as dúvidas acerca da ferramenta Descritivo de Cargos e Salários o professor conseguirá fazer o link dela com a temática da Organização dos poderes do Estado brasileiro.

Esta etapa consiste em explicar para os alunos que assim como, dentro das empresas, os colaboradores têm necessariamente que exercer funções para as quais foram contratados, os políticos também devem desempenhar atividades específicas quando eleitos.

A Descrição de Cargos pode ser também uma aliada nesses casos, nos quais será possível elucidar qual a missão, atividades e requisitos exigidos daqueles que concorrem a eleição para exercício de cargos públicos de presidente, senador, deputado federal, governador e deputado estadual ou distrital, prefeito e vereador.



Clique e baixe o arquivo: <https://go.rps.br/EMRn1>



4ª ETAPA - PESQUISA EM SITES INSTITUCIONAIS

Dividir os estudantes, em 7 grupos, de modo a distribuir os seguintes cargos políticos: Presidente, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual/Distrital e Vereador.

No laboratório de informática deverão, os grupos, realizar uma pesquisa em sites institucionais recomendados pelo docente e em outros que se fizerem necessários a fim de buscar subsídio para formatar o descritivo de cargos e salários do cargo político que lhe couber.

Elaborar, mediante requisitos fixados anteriormente pelo professor, arquivo em Power Point para apresentação do Descritivo de Cargo e Salário em sala de aula.



Visite: www.camara.leg.br



Visite: www.presidencia.gov.br



Visite: www.senado.leg.br



Visite: <https://www.al.sp.gov.br/>



Visite: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/>



Visite: www.transparencia.gov.br



Visite: www.brasil.gov.br



5ª ETAPA- DESCRITIVO DE CARGOS E SALÁRIOS ELABORADO PELOS DISCENTES



Nesta etapa para finalização da sequência didática cada um dos grupos de alunos, anteriormente separados, deverá realizar a apresentação sobre o descritivo de cargos e salários, no tempo previamente estipulado pelo docente para essa atividade.

Como forma de apurar a absorção de conhecimentos pelos discentes, sugere-se que eles escrevam uma dissertação sobre a temática explanada em sala de aula e posteriormente, dando continuidade a averiguação sobre o aprofundamento dos conteúdos pelos alunos é válido aplicar a mesma avaliação diagnóstica (questionário) realizada antes do início desta sequência didática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta sequência didática, para cursos de Aprendizagem na área administrativa, promoveu o desenvolvimento de conteúdos no âmbito da política nacional, especificamente relacionando a ferramenta Descritivo de Cargos e Salários à conhecimentos sobre a Organização dos Poderes do Estado brasileiro. As atividades propostas envolveram de forma integrada os componentes curriculares Comunicação e Redação Empresarial e Administração de Recursos Humanos e tiveram o condão de conceber que o aluno tivesse um papel ativo no processo de aprendizagem de uma temática extremamente relevante para o pleno exercício da cidadania, a política.

AGRADECIMENTOS



Aminha orientadora por toda o amparo e atenção dispensadas para a realização deste trabalho.

Ao Micael Martins da Silva, pessoa que muito admiro, meu total reconhecimento pela imprescindível contribuição neste trabalho.

Nós somos responsáveis pelo outro, estando atento a isto ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas. Isto não significa, porém, que nós nos responsabilizamos por isto, que prestamos a devida atenção a este fato, quando agimos ou tomamos decisões.

Zygmunt Bauman em *Modernidade Líquida*

Entrevista completa do escritor: [https://www.youtube.com/watch?v=...](#)



REFERÊNCIAS



Queiroz, Antônio Augusto. Noções de Política e Cidadania no Brasil / texto de Antônio Augusto de Queiroz. -- Brasília : DIAP, 2012. Série Educação; v.1

ANEXO



QUESTIONÁRIO – CONHECIMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL

1-Você conhece o sistema de separação dos Poderes no Brasil?

() sim () não

2-A Constituição Federal dispõe que existem quantos Poderes da União?

() 2 () 3 () 4

3-Você sabe quais são as atribuições do Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos municipais?

() sim () não

- Fale sobre as atividades de cada um:

Presidente da República:

Governador:

Prefeito:

4-Você sabe quais são as atribuições dos Vereadores, Deputados Estaduais/Distritais, Federais e Senadores?

() sim () não

- Fale sobre as atividades de cada um:

Vereador:

Deputado Federal:

Deputado Estadual:

Senador:

5-Analisando as respostas anteriores você acredita que durante o período eleitoral consegue escolher de forma criteriosa entre os candidatos políticos para te representar nas esferas federal, estadual e municipal?

() sim () não

Justifique sua resposta.



ELABORAÇÃO

Priscila Martins da Silva

Amanda Ribeiro Vieira

COLABORAÇÃO

Micael Martins da Silva

CREATIVE COMMONS(CC)

ELABORAÇÃO TODOS OS ELEMENTOS GRÁFICOS E IMAGENS CONTIDOS NESTE DOCUMENTO PERTENCEM À LICENÇA CREATIVE COMMONS (CC) - ATRIBUIÇÃO (BY), OU SEJA, OS LICENCIADOS TÊM O DIREITO DE COPIAR, DISTRIBUIR, EXIBIR E EXECUTAR A OBRA E FAZER TRABALHOS DERIVADOS DELA, CONQUANTO QUE DEEM CRÉDITOS DEVIDOS AO AUTOR

